

5

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Departamento de Ciência Política
Mestrado em Ciência Política
Disciplina: Política Latino-Americana
Professor: Antonio Mitre
Aluno: Marco Aurélio Chaves Cepik

CRISE HEGEMÔNICA E GOLPE MILITAR NOS ANOS SESSENTA:
BRASIL, ARGENTINA, PERU

Belo Horizonte, setembro de 1991

SUMÁRIO

| | Página |
|--|--------|
| I- Apresentação..... | 01 |
| II- Elementos para Interpretação..... | 02 |
| II.1- Autonomização do Estado e Controle Militar.. | 03 |
| II.2- Crise Hegemônica e Novo Militarismo..... | 07 |
| III- Contexto Internacional..... | 11 |
| IV- Aspectos Sócio-Econômicos da Crise..... | 16 |
| IV.1- Brasil..... | 17 |
| IV.2- Argentina..... | 24 |
| IV.3- Peru..... | 34 |
| V- Forças Armadas e Golpe de Estado..... | 43 |
| V.1- Brasil..... | 53 |
| V.2- Argentina..... | 61 |
| V.3- Peru..... | 72 |
| VI- Considerações Finais..... | 81 |
| VII- Notas..... | 83 |
| VIII- Bibliografia..... | 93 |

I- APRESENTAÇÃO

Este trabalho discute o problema do novo militarismo que surge na América Latina nos anos sessenta, bem como algumas características dos regimes que surgiram deste ciclo golpista.

Focalizando os governos instaurados no Brasil em 1964 , na Argentina em 1966 e no Peru em 1968, o texto abrange as crises que precederam o golpe de Estado e uma descrição comparativa de seu desenvolvimento nos três países. Sem, no entanto, chegar aos processos de transição posteriores.

Na parte II há uma reflexão conceitual que procura balizar algumas referências para o exercício comparativo. A seguir são apresentados fatores estratégicos selecionados para explicar o fenômeno : o contexto internacional; o desenvolvimento sócio-econômico; a dinâmica das FFAA no Estado.

Naturalmente, (que) a seleção dos casos particulares, dos fatores estruturantes e das hipóteses explicativas possuem boa dose de arbitrariedade. Afinal, por/que não discutir-se o Chile da Unidad Popular e da ditadura Pinochet, a Bolívia de Juan José Torres ou o auto-golpe de Bordaberry no Uruguai ? O que não significa ausência de critérios mínimos , em termos historiográficos e políticos, ou mesmo em termos espaço-temporais.

Por fim, enquanto aproximação primeira ao tema, este texto se apoia na leitura de parcela da bibliografia relevante sobre o assunto, publicada nos anos 60 e 70 e citada nas notas.

II- ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO

A busca de chaves explicativas adequadas requer duas reflexões preliminares, uma sobre a noção de 'pretorianismo' e outra sobre a de 'golpe hegemônico'. Ambas esbarram na ausência de uma teoria satisfatória sobre o Estado Latino-Americano.

Parte-se de uma afirmação de M. E. Carranza,¹ retirada de seu livro 'Fuerzas Armadas y Estado de Excepción', publicado em 1978. Embora excessivamente conciso e tributário do estruturalismo de Poulantzas, o texto procura integrar vários níveis de análise não redutíveis à disjuntiva civis versus militares. Segundo este autor:

"Los golpes realizados a partir de los cambios- que comienzan a fines de la década de cincuenta y principios de la del sesenta y se agudizan al fracassar los proyectos desarrollistas- tienden a instaurar gobiernos militares permanentes , que pueden clasificarse en dos grandes tipos: los progresistas(Peru, Panamá, Ecuador) y los regresivos(Brasil, Argentina, Chile) ". (Op. Cit. p. 33)

Tal classificação dos regimes remete já à sua matriz conceitual: a teorização Gramsciana sobre o 'cesarismo' , referência para discutirmos o pretorianismo.

II.1- AUTONOMIZAÇÃO DO ESTADO E CONTROLE MILITAR

A caracterização das Forças Armadas latino-americanas como guarda pretoriana e a própria noção de pretorianismo, exercem sólida influência na literatura sobre o tema. Tornada central por Samuel P. Huntington, que a integrou numa teoria da Ordem Política, tal categoria analítica encontra-se presente na obra de autores como G. Pasquino, A. Rouquié e A. Stepan, apenas para citar alguns dos mais importantes².

Segundo a tipologia de Huntington, no período em questão a maior parte dos países latino-americanos poderia ser descrita como sociedades "pretorianas de massa". Em termos gerais o pretorianismo caracteriza-se pela profunda instabilidade institucional, derivada da politização geral dos agentes que passam a atuar de forma direta, não mediada, sobre a ordem estatal. Da 'militarização' geral da política resulta que as FFAA, pelo fato de disporem dos meios coercitivos, intervém na política como árbitros e controladores diretos do poder. A marca da sociedade pretoriana é a ausência de instituições e a incapacidade de criá-las, o que faz com que a modernização social e econômica acarrete a decadência política e a intervenção militar. Segundo Huntington:

"As fontes do pretorianismo latino-americano residem na ausência de qualquer herança de instituições políticas do período colonial e, depois, no esforço para introduzir na sociedade altamente oligárquica da América-Latina do começo do século XIX as instituições republicanas da classe média da França e dos Estados Unidos." (Op. Cit. p. 249)

De resto, a tese do autor relaciona a expansão da participação política com o acirramento do pretorianismo (oligárquico, de classe média ou de massas) e o papel da intervenção militar (reformista ou conservadora), no que se aplica também à Ásia e África. Dada a complexidade das sociedades e os níveis de industrialização da América Latina no período, Huntington infere seu traço 'massivo' e o caráter conservador da intervenção militar. Este papel conservador se define por oposição ao papel reformador que em geral os militares desempenham quando se trata "do deslocamento da oligarquia e o acesso ao poder da classe média", bem como ao papel ativo e arbitral que desempenham no mundo da classe média. Em nosso caso, esta tipologia fornece elementos para pensar as diferenças entre Brasil e Argentina por um lado, e o Peru, o que será feito nos itens IV e V.

Desta conceituação geral interessa reter sua força descritiva (apontada por Pasquino e O'Donnell), atentando para sua baixa densidade explicativa (criticada por José Nun a partir da centralidade conceitual posta na crise hegemônica). Um esforço explicativo profícuo poderia advir da inversão conceitual entre pretorianismo e autonomização do Estado.

É o que demonstra João Quartim de Moraes num preciso ensaio³, publicado em 1987. Reconhece que, de fato, as Forças Armadas tutelam o Estado porque dispõem de autonomia no seu interior. E esta condiciona os demais aspectos do controle militar⁴ sobre as agências governamentais não-castrenses e sobre o setor estatizado da economia,

Salienta, no entanto, que o pretorianismo pressupõe o cesarismo, id est, que a supressão do controle social sobre a força armada é um sub-produto da supressão do controle soci-

al sobre o poder político. Em suma, diz que a degeneração pretoriana é precedida e condicionada pela autonomização do Estado, quando o poder é "arreatado à cidadania" .

No denso excursus realizado, o autor analisa as nuances das formas históricas de autonomização do Estado, desde o regime dos primeiros Césares na Roma Imperial, passando pelo Reich de Bismarck e pela França do século XIX, onde o "bonapartismo" oferece o paradigma da autonomização nas condições modernas de gigantismo burocrático da máquina estatal. Com base no princípio explicativo de Gramsci sobre o conteúdo progressivo do Estado criado pelos primeiros Césares, o autor reconhece em Napoleão uma versão progressiva e em Luís Bonaparte uma versão regressiva de cesarismo. As duas versões definem-se, pois, pelo "conteúdo social e político da solução 'bonapartista' à crise de hegemonia" ⁵ .

Desta conceituação e da comparação entre os desdobramentos institucionais nas duas matrizes históricas do cesarismo e do bonapartismo, João Quartim extraiu a seguinte conclusão: "a tendência à retomada do controle do Estado pela sociedade se manifesta nas formas regressivas do poder imperial(...) e não nas formas progressivas". (Op. Cit. p. 19). Isto, na medida em que o cesarismo progressivo se apresenta como capaz de superar a crise hegemônica, criando novas instituições e legitimidades e fazendo com que as contradições que haviam engendrado a crise sejam efetivamente transformadas. Enquanto a modalidade regressiva limita-se a ser uma alteração nas formas de exercício do poder, voltada à preservação, pela força, do 'status quo ante' ameaçado pela crise hegemônica. Assim, a tendência é que a forma ditatorial 'liberalize-se' ao desgastarem-se seus atributos originais de carisma, força e

eficiência, como nos casos de Bismarck e Luís Bonaparte.

Na seqüência, o autor discorre sobre a crise de hegemonia e a dinâmica da contra-revolução no século XX. Focalizando 'as formas extremas do nazi-fascismo, caracteriza-as como modalidade 'policia-terrorista' de cesarismo regressivo. Mesmo que, a rigor, sua emergência não configure um processo de 'autonomização do Estado, pois sua ascensão na Itália e Alemanha foi mais um "processo de ocupação do Estado de fora para dentro" , no momento posterior, de eclosão da guerra, ele ingressa numa fase predominantemente militar. Cooptados por um bloco de poder em crise, incapacitado de resolver as contradições que ameaçavam o status quo, Mussolini e Hitler chegaram ao poder "através de um movimento contra-revolucionário' de massas enquadrado por formações militarizadas (os arditi na Itália e as SS e SA na Alemanha) ". Controlado o Estado' e eliminadas pelo terror as ameaças ao Capital, o cesarismo' policial converte-se em ditadura pretoriana sem, no entanto, perder suas características originais, que só desapareceriam com a erradicação destes regimes na II guerra mundial.

É na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e no franquismo' que João Quartim procura encontrar os traços de "identidade' da dinâmica contra-revolucionária engendrada pela crise de 'hegemonia das sociedades burguesas de fraco ou nulo conteúdo democrático". Segundo o autor, a ditadura de Franco assumiu' a "híbrida configuração de um cesarismo regressivo sem carisma e de uma ditadura burocrática do aparelho de Estado autonomizado". A tragédia Espanhola, enquanto caso intermediário entre o fascismo e a ditadura militar, forneceria elementos à discussão sobre a especificidade latino-americana.⁶ Esta pode ser situada como a vigência daquilo que Gramsci chamou de 'ce

sarismo sem César' , onde o papel dirigente é assumido pelas Forças Armadas, que instauram nos anos sessenta as ditaduras militares "sine die" (Cf. item V).

II.2- CRISE HEGEMÔNICA E NOVO MILITARISMO

A dinâmica cesarista é engendrada por uma crise orgânica nas sociedades onde a configuração do bloco histórico dominante ampara-se em baixos índices de densidade hegemônica.

De modo sumaríssimo, pode-se dizer que a crise hegemônica⁷ conjuga a instabilização da dominação tradicional com a incapacidade de mantê-la. Há que se distinguir a crise orgânica das crises que se desenrolam no seio mesmo do sistema hegemônico, entre frações rivais. A diferença não é de intensidade, mas de natureza; pois a crise orgânica atinge o cerne da relação entre dominantes e dominados, afetando a sociedade civil e o Estado. A desconstituição do sistema partidário e das instituições representativas reforça o papel da coerção e conduz à autonomização da sociedade política .

Segundo Gramsci, a crise orgânica ocorre quando a classe dirigente fracassa frente a um desafio nacional (por exemplo a guerra), ou então quando "amplas massas passam repentinamente da passividade política a uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto inorgânico, constituem uma revolução".

Talvez não tenha sido explicitado na seção anterior, mas é óbvio que o cesarismo não é a única solução institucional que se apresenta como possível à sociedade em crise. As alternativas são inúmeras e a teorização gramscista de algumas delas (novo bloco histórico, transformismo, cesarismos, etc)

depende da consideração de fatores tais como a correlação de forças entre os adversários, o contexto internacional e as relações entre Estado e sociedade-civil em cada formação nacional, dentre outras.

No que respeita à duração da crise, Hugues Portelli resalta que ela não é efêmera, do mesmo modo que não irrompe repentinamente. Deve-se discernir os "fenômenos orgânicos dos esforços conjunturais do quadro dirigente para controlá-la, sem o que não se leva em conta o fator tempo". O que Gramsci destaca conceitualmente, Rouquié e O'Donnell demonstram historicamente: A defasagem entre os fatos econômicos e os fatos ideológicos de massa, sua diferença de ritmos temporais, abre caminho para a solução conservadora da crise.

Na América Latina durante o período em questão, dá-se por suposto a ocorrência do fenômeno descrito por João Quartim de Moraes :

"A estabilização social de longo termo que conheceu, no segundo pós-guerra, o capitalismo liberal europeu, onde a política dita do Welfare State trouxe aos trabalhadores precárias mas reais satisfações materiais, deslocou para o chamado 'capitalismo / tardio' da América Latina a crise de hegemonia de uma dominação burguesa desprovida de conteúdo democrático (porque associada à oligarquia latifundiária e subordinada aos conglomerados agro-industriais e financeiros imperialistas)". (Op. Cit. p.25)

O conceito de crise hegemônica possui centralidade explicativa na tese de José Nun sobre o intervencionismo militar latino-americano. O contorno mais geral da tese de Nun é delimitado pelo contexto instável da transição do capitalismo

liberal-oligárquico para o capitalismo monopolista de Estado. O caráter tardio e dependente desta transição tornou impeditiva a transformação da classe média em burguesia dirigente, segundo a pressuposição de Nun.

O 'golpe hegemônico' dos militares anti-oligárquicos é 'definido por este autor como reação de um 'estrato protetor' pertencente e identificado com a classe média. Segundo Nun, isto teria ocorrido até os anos cinquenta, enquanto na década de sessenta a mobilização crescente de grupos e forças 'operárias e populares atua sobre os temores e incapacidades' das classes médias e altas, levando-as a aliarem-se com militares reacionários em golpes de Estado anti-populares.

Diversos autores têm criticado o uso instrumental que é feito por Nun do conceito de crise hegemônica, bem como o reducionismo implícito na idéia de 'golpe hegemônico da classe média'. Mesmo que se reconheça a importância de uma formulação como esta, que não se limita às oposições abstratas entre civis e militares, nem ao estudo isolado da instituição castrense e seus 'padrões comportamentais', isto não faculta ao autor da tese eximir-se de tais críticas.

Na feliz expressão formulada por João Quartim, os golpes militares são dados "não para suprir uma ausência, mas para suprimir uma presença", a das forças populares. Portanto, ao tomarem o poder através do uso incondicionado da força, as Forças Armadas desarticulam a sociedade-civil e rebaixam os níveis de institucionalização da Nação. Não há exercício da função hegemônica, pois esta pressupõe a participação de forças sociais organizadas na direção do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia, bem como a existência de mediações or

gânicas nas relações entre Estado e sociedade. Nos processos em tela não há 'golpe hegemônico', mas solução burocrática e coercitiva da crise orgânica.

Novamente aqui, como no caso do pretorianismo, o princípio explicativo mostra-se insuficiente face às novas características assumidas pela intervenção militar nos anos sessenta. Segundo Carranza por exemplo (Op. Cit. p.p. 105-129), há que considerar por um lado, o caráter estratégico do controle militar, que deixa de ser apenas tutelar para assumir funções próprias de partido. E, por outro lado, os golpes militares deste período passam a ser desferidos pela instituição, sendo motivados por finalidades mais amplas, cuja execução programática demanda ocupações mais longas do aparato estatal. Alfred Stepan chamou isto de ruptura da 'pauta moderadora' e Alain Rouquié tematizou o mesmo problema ao comparar os golpes que derrubaram Perón (1955), Frondizi (1962) e Arturo Illia (1966).

Em resumo, é o conteúdo concreto assumido pela solução 'cesarista' à crise hegemônica que fornece inteligibilidade para as ditaduras militares 'sine die'. Afinal, nem os militares brasileiros em 1964, nem ~~os~~ os argentinos em 1966 fixaram a duração dos seus mandatos. Tampouco os militares que depuseram Belaunde Terry em outubro de 1968 definiram prazos de permanência no poder. Como disse o Gal. Onganía, a 'Revolução Argentina' tinha objetivos e não prazos. Obviamente, não se trata de discutir a duração de mandatos, ainda mais quando quem define se os objetivos foram alcançados são os próprios detentores do poder, mas sim de questionar os 'fatores estruturantes' que conferem especificidade a este ciclo golpista e aos regimes burocrático-autoritários que ele instaura.

III- CONTEXTO INTERNACIONAL

A inserção da América Latina nas relações internacionais do mundo pós- II guerra é delimitada pela subordinação estratégica (econômica, política, diplomática e militar) ao centro hegemônico norte-americano. Trata-se de um processo complexo e não-linear, que torna difícil um tratamento isolado dos acontecimentos marcantes da década em questão. Antes parece mais útil um comentário geral acerca das relações EUA - América Latina, pois o risco da generalidade é neste caso preferível ao da fragmentação.

A partir de meados da década de quarenta, com o final da guerra mundial e já no contexto da Guerra Fria, temos alguns marcos da integração diplomática e militar à órbita norte-americana. Em 1947 foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca-TIAR e em 1948 foi criada em Bogotá a Organização dos Estados Americanos-OEA. O estreitamento dos laços militares deu-se através do treinamento e formação ao nível de estado-maior, dos militares latino-americanos nas Escolas Militares dos EUA e nos centros criados na Zona do Canal do Panamá.

No entanto, a adesão aos postulados ideológicos da Segurança Nacional contra a 'ameaça comunista', o alinhamento diplomático na ONU E OEA, bem como o apoio militar à defesa do Ocidente, não encontraram contrapartidas comerciais e financeiras por parte da Potência, voltada para a reconstrução européia com o Plano Marshall e a mobilização de capitais para as áreas em disputa com a URSS.

Já neste período, os ingressos de capitais na América Latina eram inferiores às saídas e as relações comerciais e

tecnológicas tornavam impeditivo o desenvolvimento industrial da área. Segundo Paulo Vinentini⁸, esta situação internacional em conexão com fatores internos, levou alguns governos populistas, como Jacobo Arbenz na Guatemala, Juan Perón na Argentina e Getúlio Vargas no Brasil, a ensaiarem medidas reformistas voltadas para a industrialização e nacionalização de alguns recursos, com vistas a "barganhar relações menos assimétricas". No âmbito diplomático tais iniciativas traduziram-se em maior autonomia, com a tentativa de integração do Pacto ABC, entre Brasil, Chile e Argentina.

O endurecimento ainda maior dos EUA durante o governo de Eisenhower (1953-1960), que se negava a quaisquer concessões econômicas para América Latina e preconizava a derrubada de qualquer governo que contrariasse os interesses norte-americanos na região, por certo compôs o quadro para a derrubada de Arbenz em 1954 (A invasão de Castillo Armas contou com o apoio da força aérea dos EUA, que impuseram um bloqueio à Guatemala e transferiram o debate da ONU para a OEA.), o suicídio de Vargas também em 1954 (durante o golpe abortado de agosto) e a queda de Perón em 1955. Mas o agravamento da crise econômica e social, com a depreciação dos preços internacionais dos produtos de exportação latino-americanos, a explosão demográfica e o êxodo rural decorrentes do crescimento desordenado, a miséria urbana e os baixos índices de saúde e educação, tornavam a expansão dos movimentos nacionais e democráticos algo difícil de ser controlado. A luta contra a inflação, as desigualdades sociais, o analfabetismo e as demais mazelas contrapunha estes movimentos populares e democráticos às oligarquias locais e aos interesses estrangeiros. Data deste período a radicalização do populismo e das

massas, da qual é exemplo a experiência boliviana dos anos 'cinquenta, durante o governo de Paz Estenssoro do MNR.

A vitória da guerrilha liderada por Fidel Castro em janeiro de 1959 em Cuba, transformando a queda do ditador Fulgêncio Batista em uma revolução popular, constitui o ponto 'de inflexão nas relações internacionais, pois não apenas o contexto regional resta alterado, como esta situação insere-se num processo de erosão da chamada Pax Americana⁹. Aquilo que Vizontini chamou de "irrupção do terceiro mundo", e que 'se expressou nas conferências de Bandung em 1955 e Belgrado' em 1961, se desenrola paralelamente à détente URSS-EUA, ao surgimento do policentrismo socialista (fratura Iugoslava em 1948 e seu posterior reconhecimento, ruptura sino-soviética' em 1961) e ao reerguimento econômico Europeu e Japonês.

Nos EUA, o governo do Democrata John Kennedy iniciou a 'chamada 'reação geral' , procurando combinar a forte oposição ao regime de Castro com a concessão de ajuda financeira' aos governos latino-americanos. O lançamento da Aliança para o Progresso em 1961, previa investimentos de dois bilhões de 'dólares anuais, com um mínimo de 50% para obras públicas geradoras de emprego. A tentativa de impulsionar reformas sociais visava diminuir as condições miseráveis que eram o solo fértil da 'subversão comunista'.

Em maio de 1961, no bojo das pressões econômicas (bloqueio econômico) e políticas (tentativa de invasão da baía dos 'Porcos) a que Cuba fora submetida, Castro proclama o socialismo e aproxima-se da URSS. Kennedy reage ampliando o bloqueio econômico e articulando a expulsão de Cuba da OEA, o que ocorre na conferência de Punta del Este em janeiro de '1962. A escalada culmina com a instalação dos mísseis sovié-

ticos, posteriormente retirados em troca do compromisso norte-americano de não atacar a Ilha.

Com o assassinato de Kennedy em 1963 e a vinculação de seu sucessor Lyndon Johnson aos interesses do complexo militar-industrial, as tendências de militarização já manifestadas durante a Administração Democrata são reforçadas: aumento dos contingentes americanos no Vietnã, ampliação do orçamento de defesa e dos efetivos da OTAN, criação da frota de porta-aviões nucleares. O esvaziamento da Aliança para o Progresso e também da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio-1960), restabelece a prioridade da repressão sobre a reforma no esforço de 'contenção ao comunismo'.

A partir do golpe do Cel. Azurdia na Guatemala, em março de 1963, inicia-se a fase que temos chamado de novo golpismo. Em março de 1964, a participação norte-americana no golpe que derrubou Goulart se fez sentir com intensidade¹⁰. E em 1965, com respaldo da OEA, a intervenção militar na crise Dominicana demonstra a disposição em 'evitar uma nova Cuba'. Na conferência da OEA no Rio de Janeiro em 1965, os EUA propõem a integração dos exércitos americanos no combate à subversão.

Com a manutenção da *détente* EUA-URSS, as duas super-potências passam a se enfrentar indiretamente, na periferia de seus cenários estratégicos. E as décadas sessenta e setenta vêm surgir várias revoluções e guerras de libertação nacional na África e Ásia. Assim, a instauração dos regimes militares baseados na Doutrina de Segurança Nacional, na América Latina durante este período (1964-1976)¹¹, opera como *contratendência* em relação ao crescimento do chamado 'socialismo - terceiro mundista'.

Na verdade, Paulo Vinentini aponta dois 'senões' a respeito desta estabilização da fronteira Sul da área de influência norte-americana. Em primeiro lugar, o fato de que a instalação das ditaduras militares não é nem linear nem uniforme, posto que não se pode minimizar as dificuldades causadas pela presença de focos guerrilheiros de inspiração guevarista, de regimes nacionalistas-modernizantes como os de Velasco Alvarado no (Peru 1968-1976), Torrijos (Panamá 1969-1978) e Torres (Bolívia 1970-1971), ou por um governo de 'transição ao socialismo' como o de Allende (Chile 1970-1973). Ademais, mesmo que estas dificuldades tenham sido 'removidas', destaca-se o custo político-estratégico para os EUA realizarem estes realinhamentos, uma vez que estavam retomando o controle de uma influência e não expandindo uma nova área de projeção. Mesmo com a homogeneização relativa dos regimes da área, completada com os golpes de 1976 na Argentina e a viragem Peruana de julho do mesmo ano, as relações com o centro hegemônico não são automáticas nem se processam em bloco.

IV- ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA CRISE

Há um razoável consenso entre os autores consultados¹² quanto à crise do padrão de acumulação de capital na América Latina durante o período em questão, e mesmo antes, durante os anos cinquenta. Sua centralidade residia nas dificuldades de reprodução do capital industrial, num contexto de debilidade do setor privado nacional e dependência estrutural (financeira e tecnológica) aos capitais monopolistas internacionais.

Sendo tal crise profunda e duradoura o suficiente para ser chamada de hegemônica, convém considerá-la no âmbito da transição da fase oligárquica para uma fase monopolista do capitalismo latino-americano. Todavia, as particularidades e mesmo singularidades entranhadas em cada processo nacional ocupam o lugar central no exercício comparativo. Os distintos níveis de industrialização, o tipo de articulação existente entre setor exportador, agro-pecuário e industrial, as distintas sensibilidades às flutuações do mercado internacional e o papel do Estado no setor produtivo e na regulação dos ingressos setoriais, são questões a serem consideradas abaixo.

Por outro lado, os condicionantes sócio-econômicos integram a síntese problemática desde a qual os sujeitos estabelecem suas hipóteses estratégicas; por sua vez, a realidade configurada altera as relações sociais e econômicas. Como disse A. Rouquié, menos do que causa determinante, a 'resolução' da crise econômica foi uma finalidade mais ou menos consciente dos regimes militares instalados neste ciclo golpista.

IV.1- BRASIL

No caso brasileiro por exemplo, a crise incidiu a um só tempo de forma dramática e mediada na dinâmica que conduziu à ditadura. Vejamos; é certo que o ano do golpe (1964) corresponde ao pior momento da fase declinante que sucedeu ao ciclo expansivo da industrialização no quinquênio 1956-1961, durante a Administração Kubitschek. Esta fase declinante estendeu-se de 1962 a 1967, no maior retraimento que a economia brasileira havia sofrido até então, desde a II Guerra.

Mas esta grave incidência conjuntural não autoriza uma associação imediate entre as necessidades da industrialização, decorrentes do esgotamento do modelo de substituição de importações, e a emergência da ditadura militar como forma estatal do novo 'tripé' de comando da economia.

Posto que o aprofundamento da industrialização brasileira tem seu ponto de inflexão já nos anos cinquenta e que os primeiros anos do regime militar se desenrolam em plena retração econômica, parece adequado acompanhar este hiato problemático nos termos indicados por Francisco de Oliveira e J. M. Cardoso de Mello, dentre outros¹³,

Grosso modo, na fase expansiva do quinquênio 1956-1961 a industrialização brasileira realiza um autêntico salto de qualidade no que respeita à tecnologia e estrutura produtiva. Ao contrário do período 1930-1955, marcado pela insuficiência de bases técnicas e financeiras capazes de patrocinar uma acumulação endógena, a implantação de um conjunto de investimentos integrados e complementares permitiu que a capacidade produtiva avançasse muito além da demanda. A estrutura industrial foi alterada com deslocamentos inter-setoriais

em favor do Departamento I (bens de produção) e do Departamento III (bens de consumo duráveis) , o que configurou a chamada industrialização pesada¹⁴ .

Naturalmente, as linhas de continuidade com as políticas industrializantes desde os anos trinta são significativas: já haviam entrado em operações muitas empresas estatais do setor de mineração e siderurgia (CSN, Vale do Rio Doce, Acesita, etc.), o BNDE para apoiar a infra-estrutura de energia e transportes, a Petrobrás (1953) e a famosa instrução 113 da SUMOC, que facilitava as inversões de capital estrangeiro. Além disso, Ciro F. Cardoso destaca o crescimento na oferta agrícola e as facilidades fiscais, creditícias e cambiais concedidas aos investidores privados na indústria,

Entretanto, a expansão posterior a 1956 não surgiu como mero desdobramento dos capitais nacionais e estrangeiros investidos na indústria leve do Departamento II (bens de consumo não duráveis). Ela exigiu a intervenção direta do Estado no setor produtivo e a introdução de capitais estrangeiros adicionais, invertidos como capital produtivo. O modelo de substituição de importações baseou-se nas transferências de renda do setor exportador¹⁵ para o industrial desde o segundo pós-guerra. No entanto, o declínio do setor agro-exportador ao longo da década de 50, e em particular a queda brusca nos preços internacionais do café desde 1954, determinaram a perda definitiva de sua hegemonia. As forças dominantes no novo ciclo expansivo da industrialização foram o Estado e o capital monopolista internacional. Os capitais privados nacionais participavam do condomínio em posição subordinada , mas com um importante papel na produção de bens de consumo para assalariados e nos enlaces produtivos retrospectivos (fornecimento) e prospectivos (distribuição) com o complexo monopolista dinâmico.

Conforme demonstrou Cardoso de Mello, a industrialização hiper-tardia no Brasil conferiu ao capitalismo monopolista ' de Estado certas particularidades: a importância crucial da ' intervenção direta do Estado na produção; a extensão precoce da internacionalização da economia; a profundidade do contro le estatal sobre a acumulação privada.

De outra feita, no período da substituição de importações voltada para o mercado interno, a base econômica do 'pacto ' populista' implicava uma concentração de rendas menos intensa do que aquela que passa a ocorrer sob o novo padrão de acumulação, baseado na redução da demanda e na extração de ' mais-valia relativa.

De todo modo, apenas é possível relacionar o golpe de 64 com as demandas da industrialização de maneira mediatizada , histórico-social e não político-conjuntural. Parece certo ' que a emergência da ditadura militar favoreceu o deslocamen to da hegemonia das mãos dos latifundiários, dos grupos agro exportadores e da média burguesia industrial para o novo pó- lo dinâmico do capital monopolista- estrangeiro, estatal e ' privado nacional; mas tal processo iniciou-se antes da cri- se final do populismo e tampouco se dá imediata e diretamen- te sob as novas condições do 'cesarismo regressivo'.

Antes, a crise que sobrevém à fase expansiva (1956-1960) amarra os governos subseqüentes de Jânio Quadros (1961) e ' João Goulart (1962-1964) e instabiliza fortemente a conjuntura ao acirrar os conflitos sociais e os impasses econômicos. A taxa de crescimento é declinante a partir de 1962, apresen- tando uma média de 2,6 % para o quinquênio 1962-1967, contra 11% do período anterior. O PIB teve sua taxa média anual reduzida pela metade, o produto industrial declinou quatro ve-

zes eo nível de atividade da construção civil recuou em termos absolutos. A espiral inflacionária começou a ascender no final do governo Kubitschek, pois o aumento do gasto público apoiou-se em emissões e, até 1959, no confisco cambial. Mas em 1963 ela chegou a uma taxa de 81% e no primeiro trimestre de 1964 alcançou 140% . No âmbito financeiro externo, entre 1960 e 1964 a proporção do serviço da dívida externa sobre o valor total das exportações chegou a 31,5%. Balança de pagamentos desfavorável, crescente endividamento externo, crise cambial... A herança do Desenvolvimentismo tornava o Estado virtualmente falido financeiramente, comprometendo o ritmo dos investimentos governamentais e a própria manutenção do pacto populista.

A Administração Goulart buscou combinar em sua política econômica, uma recessão atenuada para conter a pressão inflacionária, com a retomada do crescimento industrial. Mas em certo sentido o governo populista encontrava-se impedido de arrochar salários, uma vez que esta era uma das condições de sua contraditória política. A tensão social resultante desta ambigüidade e o agravamento da crise político-institucional são cruciais para a derrocada do governo Goulart.

A primeira fase econômica do novo regime desenvolve-se em meio à crise e pode ser caracterizada como de estabilização. O governo Castello Branco (1964-1967) colocou à frente da área econômica Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões, que priorizaram o combate a inflação, cujas causas foram creditadas ao excesso de demanda e aos aumentos salariais 'demagógicos'. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) declinava uma série de medidas afinadas com a ortodoxia monetarista e com as diretrizes do FMI : redução dos gastos públicos, au -

mento da ~~de~~ carga tributária, contenção de crédito e arrocho salarial. Houveram iniciativas voltadas para o aumento do volume da poupança privada e para o estabelecimento de novos aportes de capital na forma de empréstimos. Algumas medidas reformistas como o Estatuto da Terra, visavam mais a legitimação baseada na absorção transfigurada de alguns temas das reformas de base, do que solucionar problemas estruturais.

A lei da 'remessa de lucros em 10%' , que fora regulamentada em fevereiro de 1964, foi revogada . E em 1965 o FMI ' concedeu empréstimos de 125 milhões de dólares. Destas políticas de estabilização logo resultou uma crise recessiva . A oscilação dos níveis de atividade e emprego entre 1964 e 1967 não atingiu fortemente as grandes empresas, nem alterou em demasia o perfil da demanda (bens de consumo duráveis e ' bens de produção); o arrocho salarial e a eliminação do déficit fiscal viabilizaram a redução da inflação de 90% em 1964 para 39,5% em 1966, configurando as premissas que norteariam a retomada do crescimento econômico no período do chamado ' milagre' , entre 1967-1973. A reforma fiscal e financeira de 1966 garantiu a gradual retomada do gasto público e a criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) reativou a construção civil. A desigual distribuição da massa salarial e as políticas de crédito pessoal estimularam o consumo das camadas médias. Três importantes movimentos preliminares à retomada,

A partir de 1970-1971 desaparece a capacidade ociosa da indústria e entre 1971 e 1973 o setor de bens de produção alcança uma taxa média de crescimento anual de 39% , sendo acompanhada pela modernização do setor de bens de consumo e

pelo investimento Estatal¹⁶. Ao incremento da taxa do PNB em 10% , correspondeu um achatamento salarial de 30 a 40% durante o período.

O centro de gravidade da expansão industrial durante a ditadura militar é o Departamento III , principalmente os setores de construção civil e automobilismo. O que contrasta com a principalidade do setor de bens de produção durante o ciclo expansivo anterior, capaz de propiciar uma reestruturação radical no sistema produtivo, mais do que ampliar as estruturas pré-existentes¹⁷. As grandes obras de infraestrutura e insumos, realizadas pela ditadura, referem-se mais aos motivos de segurança nacional, legitimação dirigida do regime e disponibilidade de recursos internacionais. De todo modo, uma ação 'desenvolvimentista' mais clara só se observa a partir do governo Geisel, já na fase de desaceleração do crescimento.

Em suma, a expansão acelerada do setor de bens duráveis num contexto de exclusão de largas parcelas sociais na distribuição da renda, de endividamento público crescente e interesses díspares no 'tripé' de comando da economia, não tem solução de continuidade ao nível da demanda. A desaceleração dos anos 1973-1974 torna-se crise aberta em 1974-1975, mantendo-se daí por diante até os anos oitenta, quando se esgota o regime.

A taxa de crescimento do PIB cai de 14% em 1973 para 5,6 em 1975. E a taxa de crescimento industrial vai de 15% em 1973 para 4,5% em 1975. O choque inflacionário decorrente da crise do Petróleo em 1973 e o déficit estatal após 1977, agravaram a inconciliabilidade manifesta já no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), entre conter crédito e financia-

mentos e expandir gastos e investimentos públicos. A baixa liquidez de capitais internacionais e o crescente endividamento público inviabilizaram as duas iniciativas governamentais da época, em ambos os sentidos sugeridos pelo II PND¹⁸.

A modernização autoritária do cesarismo regressivo consolidou a hegemonia do capital monopolista no bloco de poder que emerge do período. A estratégia de desenvolvimento sócio econômico empenhou-se em aprofundar a industrialização, expandindo enormemente o aparato estatal, num contexto dependente e associado. As 14 empresas que havia em 1959 sobem para 560 em 1981, tendo sido criadas 259 nos anos setenta. A participação do Estado na acumulação de capital (formação bruta de capital constante) era de 38,1% em 1965 e passou para 43% em 1978. A forte concentração de recursos no âmbito federal e o reforço da autonomização do Estado são destacados por Luciano Martins, que vê na militarização do Estado o duplo movimento: De um lado a destruição e repressão preventiva aos movimentos de contra-hegemonia dos subalternos, mas por outro lado, a afirmação progressiva e conflituosa da nova hegemonia do grande capital aliado ao núcleo militar e à tecno-burocracia.

IV.2- ARGENTINA

Ao que parece, também no caso argentino a crise econômica e social se ~~apresenta~~ apresenta em duas dimensões complementares e inseparáveis. A hipótese básica, que derivamos da leitura de A. Rouquié¹⁹, procura articular o plano histórico-social com aquele propriamente político-conjuntural.

Constata-se preliminarmente o próprio caráter "desequilibrante" do desenvolvimento argentino no pós-guerra, marcado por um crescimento descontínuo e recessões cíclicas num contexto geral de relativa estagnação. Relativa apenas, pois o País seguia tendo ao final do período (1970) uma das maiores rendas per capita do sub-contidente, uma taxa positiva de crescimento médio e uma estrutura industrial das mais profundas e consolidadas. Inobstante, a taxa de crescimento do PIB no período 1959-1969, foi de 3,9% , contra 6,0% do Brasil e 5,4% da América Latina. As taxas médias de crescimento industrial, agropecuário e exportador, também se encontram abaixo das médias brasileiras, mexicanas e mesmo latino-americanas.

A inflação ao contrário, é uma das mais altas do sub-contidente, com uma média de 22% entre 1960 e 1970; chegando a atingir 29,1% entre 1961 e 1965. No âmbito financeiro externo, a proporção do serviço da dívida sobre o valor total das exportações foi de 20,5%. O que denota a crise comercial e o crescimento do endividamento externo.

Segundo Rouquié, tais desempenhos poderiam sugerir uma relação direta entre conjunturas recessivas e golpes militares, ou mesmo um contexto de disputas inter-classes e/ou inter-setoriais por ingressos decrescentes, como parecem indi-

car os altos índices inflacionários. Pondera no entanto, que os anos que precederam os golpes de Estado de 1955, 1962 e 1966 foram de forte crescimento; como golpes são preparados com antecedência, as fortes oscilações nas taxas do PIB nas duas conjunturas (1961:7,0% 1962:-1,8% e 1965:8,6% 1966:-0,5%) remetem às causas propriamente sociais destas descontinuidades desestabilizadoras.

Estas, podem ser compreendidas como tensões geradas pelo desequilíbrio setorial que marca o crescimento industrial e suas relações com o setor exportador. Desde o pós-guerra até os anos sessenta, a participação setorial no ingresso nacional apresentou taxas médias (1947-1964) de 12,1% para a agropecuária (melhor índice= 34,8% e pior=20,8%) e de 4,8% para a indústria (maior taxa= 10,1% e menor= -8,5%) , com uma relação de complementaridade entre os dois setores que os unia e opunha a um só tempo.

Em termos gerais isto foi assim descrito por Rouquié:

"Hemos señalado al pasar, la vulnerabilidad de una sociedad notablemente modernizada que se apoya por entero en una cuasi monoexportación de productos alimenticios de zona templada (trigo, carne, etc.). El centro de su sistema económico emparenta a la Argentina, por la escasa diversificación de su capacidad exportadora, a las naciones más atrasadas y dependientes del continente; a pesar del alto nivel de modernización social que ha alcanzado y del carácter avanzado de la periferia industrial de su aparato productivo." (Op. Cit. p. 391)

Esta sensibilidade da Argentina ao mercado mundial, adquire pleno relevo se for relacionada com as transferências de

renda que financiaram em parte a industrialização, através da mediação estatal. Segundo o autor, no caso argentino os incrementos na produção industrial trazem consigo uma queda nas reservas monetárias e déficits na balança de pagamentos, porque a indústria depende da importação de combustíveis, produtos semi-elaborados, tecnologia e bens de capital²⁰. A taxa de elasticidade da demanda de importação neste caso é de quase 3%, o que significa dizer que quando o ingresso nacional aumenta 1%, as importações aumentam 3%.

E a capacidade de importar depende das exportações, que são até 1972, 78% oriundas do setor tradicional agropecuário. Assim, o esgotamento cíclico do setor exportador, já referido por Ciro F. Cardoso²¹, compromete o setor industrial, uma vez que o crescimento de um setor se dá às expensas do outro. Se tomarmos como indicador das variações dos ingressos setoriais as alterações no câmbio, veremos que os golpes de 1962 e 1970 beneficiam o setor rural, desvalorizando o peso e provocando uma alta relativa nos preços dos produtos agropecuários. Ao contrário, o golpe 'industrialista' de 1966 estimula a valorização da moeda nacional e ativa a industrialização baseada nas inversões estrangeiras e estatais.

No entanto, o arcaísmo do setor agrário torna inflacionária toda tentativa de estimulá-lo através da alta de preços, desnudando o fundamento social da crise de hegemonia. Pois a crise rural, decorrente da concentração fundiária e da falta de dinamismo do setor, aponta para o esgotamento do projeto nacional das classes dominantes tradicionais. Novamente recorre-se à descrição de Rouquié :

"En la Argentina, a diferencia de las economias de enclave (Chile, Venezuela) o de los sistemas ex -

portadores más diversificados (Peru, México), un grupo predominantemente nacional y relativamente homogéneo detenta el prestigio y controla el polo de arrastre de la maquinaria económica. Ahora bien, aun cuando el país se ha industrializado y modernizado, y que el sector agroexportador ha perdido su dinamismo, sus representantes ejercen de hecho una especie de derecho de veto sobre la orientación de la política económica (...)" ; distintamente das economias de 'enclave', "no se nacionaliza a los fundadores de la Nación' como se expropria a las firmas apátridas." (Op. Cit. p. 407)

Este poder de veto foi expresso de formas distintas mas decisivas, tanto na virada econômica de Alsogaray em 1959, quanto na queda de Onganía em 1970.

Paralelamente a este conflito social entre frações específicas das classes dominantes, que decorrem dos tropeços da industrialização, é possível identificar a eclosão dos golpes militares com o acirramento do conflito de classes mais 'clássico', entre assalariados e aqueles que detém o controle sobre o processo produtivo. Os golpes de 1955, 1962 e 1966, bem como o golpe branco de 1959 e o golpe de consolidação de 1970, foram todos desfechados em fases de boa conjuntura salarial e implicaram em redistribuições regressivas da renda, em especial no período da ditadura sine die (1966-1973). Além disto, como lembra o autor citado, toda queda no setor urbano rebaixa o nível de emprego, pois o setor rural ocupa pouca mão-de-obra. Do mesmo modo, o aumento relativo dos preços agrícolas freia a expansão industrial provocando uma diminuição do consumo popular.

No plano propriamente conjuntural, este caráter 'desequilibrante' apresentou-se com intensidade desde o governo desenvolvimentista de Frondizi (1958-1962). Este fora eleito para acelerar a industrialização e procurou fazê-lo baseando-se em elevadas inversões estrangeiras e créditos internacionais.

Já em 1959 os militares pressionam fortemente o governo, impondo a nomeação de Álvaro Alsogaray para o ministério da economia, onde este adota o plano econômico do FMI e propicia uma melhora do setor rural acompanhada de certa recessão na indústria. Em 1960, com a recuperação das reservas de divisas e apoiando-se numa política voluntarista de industrialização amparada nas empresas multinacionais, Frondizi logrou anular as conquistas e vantagens rurais do ano anterior; afirmando a preponderância do setor dinâmico da indústria já em 1961.

A Argentina produziu 7,2 milhões de metros cúbicos de Petróleo em 1959 e mais de 15 milhões em 1962, abastecendo 95% de suas demandas internas. Em 1961 foi inaugurado o primeiro alto forno da SOMISA, e já em 1963 o país produzia quase um milhão de toneladas de aço. Os contratos assinados para a exploração de petróleo com multinacionais do setor, bem como os pesados investimentos em estradas, petroquímica, química pesada e na indústria automobilística, começam a dar resultados efetivos. Para ficar num exemplo apenas, a indústria automobilística produziu em 1963, 130.000 veículos.

No entanto, as fortes oposições internas e as desconfianças das praças financeiras internacionais quanto à queda das reservas cambiais instabilizaram fortemente o nível de investimento e o próprio governo. Já em 1961, o déficit da balan-

ça comercial chegava à 496 milhões de dólares. A deposição de Frondizi em março de 1962, dentre outras motivações, parece ter correspondido ao intento do setor rural em recuperar a preponderância nos ingressos.

Após as eleições de março, a fuga de capitais, a recessão e uma forte seca na zona pampeana (5 milhões de hectares de trigo semeados, contra 7,8 milhões em 1937) obrigaram uma reorientação da política econômica. A presidência de José M. Guido, no plano econômico foi marcada pelo agravamento da crise. O ministro Alsogaray declarou a bancarrota governamental em maio, suspendendo o pagamento de 350.000 funcionários e desvalorizando o peso em 65%. Isto incrementou a pecuária e a agricultura, mas aprofundou a crise recessiva na indústria e contraiu as importações. Esta contração da produção industrial, em apenas um ano alcançou 26% e até 56,6% no setor de bens de consumo duráveis. Os níveis salariais caíram 20% entre 1958 e 1962 ; as demissões na indústria têxtil atingiram 30.000 pessoas e na metalurgia mais de 50.000 .

Nestas condições, o governo Illia (1963-1966) voltou-se inicialmente para a retomada do crescimento econômico e para a ampliação de bases sociais para seu projeto nacionalista e modernizador, o que procurou fazer com concessões salariais, medidas fiscais redistributivas e uma avançada legislação social. Em 1963 recuperou a balança comercial, com um superávit de 384,4 milhões de dólares e, já em 1964, o PIB voltou à crescer 8%. As inversões estrangeiras se recuperaram neste mesmo ano, com 33,8 milhões de dólares, sem no entanto chegar aos 120 milhões anuais do governo Frondizi.

Mas Illia herdara do Desenvolvimentismo uma dívida externa de 2,6 milhões de dólares, que absorvia quase 35% do

valor total das exportações. Além da oposição frontal contra as leis sociais e medidas redistributivas, consideradas "demagógicas" pela Sociedad Rural e pela Unión Industrial Argentina, os primeiros vinte meses de governo geraram uma inflação de 57,2%, em parte estimulada pela expansão da base monetária e pelo controle de preços.

A anulação dos contratos petrolíferos de Frondizi, as limitações na importação de bens de capital e os aumentos da carga tributária desencadearam uma onda de protestos entre executivos, empresários e banqueiros, chegando inclusive ao boicote do pagamento de impostos e encargos sociais.

Em 1966, com uma queda de 1,2% no PIB e de 3% na renda per capita, greves e agitações sociais em várias regiões do País, o governo Illia foi derrubado pelo golpe civil-militar que insturou o regime da autocracia-transformadora (V.2 cf.).

No plano econômico, os primeiros seis meses de governo do General Onganía foram marcados por certa indefinição. Neste momento inicial, o ministério da economia foi dirigido pelo empresário Salimei, representante do grande capital privado nacional, partidário do combate gradualista à inflação e de certo grau de controle nacional sobre o aparato produtivo industrial. Mas é em março de 1967 que a escolha de um novo ministro, vinculado aos centros internacionais do capital financeiro, define uma orientação governamental hegemônica para a economia. O chamado 'Proyecto Central' da Revolução Argentina voltou-se inicialmente para a estabilização da crise, tendo por base as políticas ortodoxas monetaristas e por objetivo baixar a inflação, reduzir os custos industriais e atrair novos capitais.

O peso foi desvalorizado em 40%, os salários foram conge

lados por vinte meses, houve a liberação total do câmbio, uma redução de 50% nas barreiras alfandegárias e um aumento de 25% nas taxas de exportação de produtos não industriais.

A fase de estabilização da gestão de Krieger Vasena à frente do ministério, esteve marcada pela recessão e pelos custos sociais, tanto da industrialização dependente, quanto do ajuste liberal. Encerrava o aparente paradoxo entre as finalidades de construção da Potência, definidas pela Doutrina de Segurança Nacional, e a desnacionalização acelerada da economia argentina.

Na verdade, nacionalismo conservador e ortodoxia liberal uniam-se no que Rouquié chamou de "messianismo tecnocrático" substrato ideológico através do qual as FFAA legitimaram, em nome de imperativos profissionais e patrióticos, as funções industriais do Estado. Na continuidade do projeto Frondizi, mas agora em associação mais estreita com o capital monopolista e com um claro controle militar, criou-se a moderna indústria pesada no país.

O conteúdo social deste projeto se fez sentir já nesta conjuntura recessiva da fase de estabilização. Houve a distribuição regressiva da renda mencionada acima, com arrocho salarial, corte de benefícios sociais, etc. Medidas francamente desfavoráveis aos trabalhadores, mas que atingiam também setores da classe média, os pequenos e médios empresários ("quebradeira" geral de 1966-1967) e todo o setor agrícola.

A despeito destes custos sociais, a recuperação do nível de investimento e da atividade produtiva cresceu em 1968, com base naqueles procedimentos de cortes nos gastos públicos, alta cotação do dólar e abertura ao capital estrangeiro.

A inflação e o custo de vida baixaram de 40% em 1965, para 8% em 1969. O déficit público foi controlado e a arrecadação aumentou. O apoio do FMI ao plano ortodoxo e disponibilidade de capitais nos países estrangeiros, garantiram uma forte retomada dos investimentos, complementada por créditos e empréstimos ao Estado, que investiu tais capitais em obras de infra-estrutura e insumos básicos.²²

A inabilidade política e os limites estratégicos do projeto econômico da ditadura estreitaram as bases sociais de apoio do regime. Ao nível do complexo militar-industrial, em certa medida o 'Plan Europa' (cf. V.2) representou a quebra da unanimidade nas FFAA, expressa até então no apoio ao General Onganía. A desnacionalização acelerada opôs setores do empresariado ao regime, como a Unión Industrial Argentina. E a reforma fiscal que estabeleceria impostos sobre as rendas potenciais das terras cultiváveis, mereceu o vivo protesto da Sociedad Rural.

Contudo, foram os setores da classe média e do movimento de trabalhadores não cooptados (CGT dos Argentinos por exemplo), que se opuseram com mais intensidade às políticas excludentes, econômica, social e politicamente. O 'Cordobazo', em maio de 1969, decretou a falência institucional e econômica do governo Onganía, forçado a demitir Krieger Vasena do ministério e ele próprio deposto pelas Forças Armadas em 1970. Mas o Cordobazo abalou o próprio regime que estas nucleavam e serviam de ariete, desmantelado provisoriamente em 1973.

O general Roberto Levingston (1970-1971), designado pela junta militar provisória para substituir Onganía, nomeou o economista Aldo Ferrer para o ministério e procurou incorpo-

rar aquilo que O'Donnell chamara de "elemento privado nacional", ao bloco de poder. A lei de 'compre nacional' e certas restrições, algo tímidas, ao capital monopolista internacional, visavam o fortalecimento das pequenas e médias empresas de capital nacional através da concessão de créditos e subsídios. Mas o regime não contava com apoios sólidos nestes setores que seriam beneficiados, o governo não obteve unanimidade no seio das FFAA e o grande capital urbano e rural estava desconfiado quanto à eficácia de um governo militar.

O interregno nacionalista de Levingstone e Ferrer terminou com sua deposição e substituição pelo general Lanusse (1971-1973). A política econômica durante os dois últimos anos do regime foi marcada pela continuidade em relação à gestão de Krieger Vasena. Só que este liberalismo de administração "dia-a-dia" do governo Lanusse, mostrou-se incapaz de conter a crise. A taxa de inflação chegou a 64,1% em 1972, e o desemprego aumentou de 4,8% em 1970 para 7,4% em 1972. Esgotados os atributos de "carisma, eficiência e força", o regime ditatorial argentino saiu provisoriamente de cena, derrotado, em 1973 (cf. V.2). Podemos recorrer à definição de Rouquié uma última vez:

"Favoreciendo alternativamente a cada gran sector social por medio de intervenciones unas veces 'industrialista' y otras 'agraristas', favorables a los consumidores y asalariados o bien a las empresas, el ejército impone un empate social que de ninguna manera permite superar la crisis hegemónica, sino que por el contrario la perpetúa." (cf.p. 420).

IV.3- PERU

Conforme foi discutido acima, no plano sócio-econômico o Brasil e a Argentina enfrentavam uma crise dos padrões de acumulação de capital, situada em estágios relativamente avançados de seus respectivos processos de industrialização. Discutiu-se também que, em termos histórico-sociais, tratava-se da passagem do chamado modelo de 'substituição de importações' para a fase propriamente monopolista destes capitalismo; nos dois casos esta transição foi acompanhada de deslocamentos de hegemonia no bloco de poder dominante. E em termos político-conjunturais, a crise manifestou-se através das altas taxas inflacionárias, do endividamento externo crescente, dos conflitos distributivos entre capital e trabalho, entre outros.

Comparativamente aos dois 'grandes' da América do Sul, os níveis de industrialização do Peru eram bem mais modestos²³. Segundo as indicações de Ciro Flamarion Cardoso, apenas nos anos quarenta iniciou-se uma industrialização mais significativa no país. Esta foi acompanhada por um crescimento estável do setor exportador desde os anos trinta. E também por altas taxas de crescimento populacional (1,6% em 1940-1950 e 3,0% em 1960-1970). A diversificação do setor exportador peruano desta época, torna no mínimo limitada a caracterização da economia como sendo de "enclave", embora a mineração assuma nitidamente este perfil.

De todo modo, segundo a classificação de Cardoso, o Peru estaria numa situação intermediária de industrialização, nem incipiente como a Bolívia, Panamá, Equador, etc. ; nem tão avançada como México, Brasil e Argentina. Dentre outras im-

plicações, daí se deduz que a industrialização processou-se desde seus inícios sob o signo do capital monopolista.

Embora a expansão contínua das exportações favorecesse a indústria, a acumulação se ressentia da não-criação de enlaces produtivos e fiscais. Pois à debilidade estrutural do Estado aliava-se o caráter concentrador e improdutivo do setor rural. Segundo autores como Shane Hunt e Abraham Lowenthal, o Peru era um dos países mais "laissez-faire" da América Latina, com uma fraca capacidade de investimento público. Esta devia-se em parte à dependência financeira externa, mas também à debilidade fiscal interna. Seu sistema bancário respondia diretamente ao setor privado e seus impostos eram tão escassos que poderiam ser cobrados por uma firma particular.

Em suma, a hipótese a ser considerada situa a crise peruana dos anos sessenta com uma crise do sistema oligárquico de capitalismo liberal. Seus conflitos típicos localizavam-se nos setores tradicionais da sociedade (conflitos rurais, expansão da participação, etc.), ou decorriam da desagregação desta ordem oligárquica (favorecimentos ao capital internacional, explosão demográfica, crise econômica, etc.). Na síntese proposta por A. Stepan²⁴ :

"Concluimos, portanto, que a crise não era tanto sobre como excluir e conter a força da mão-de-obra industrial moderna, porém mais sobre como incluir e integrar as massas marginais rurais e urbanas de forma a estabelecer os fundamentos para a modernização e industrialização." (Op. Cit. p. 153)

Partindo desta distinção genérica, vejamos a evolução da crise em seus contornos mais concretos, bem como a resposta do governo militar após 1968. Das indicações disponíveis é

possível inferir que, ao nível da conjuntura, a crise econômica foi ainda menos determinante no caso Peruano do que no Argentino.

Naturalmente, o fracasso de Belaúnde Terry em promover as reformas anunciadas em 1963, a corrupção de seu governo e o agravamento da crise econômica, exasperavam a população. E a concessão de vantagens às empresas norte-americanas desde o governo do conservador General Manuel Odría (1950-1956), talvez desagradasse parcelas da elite econômica e militar.

Mas comparados aos dados brasileiros e argentinos, os indicadores peruanos evidenciam uma situação econômica menos severa na fase anterior ao golpe. Entre 1961 e 1967 a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 6%, colocando o país em sexto lugar dentre os vinte países latino-americanos. A inflação média foi de 13,1% entre 1962 e 1967, muito abaixo das médias dos outros dois (cf. IV.1 e IV.2).

Nota-se um agravamento da crise comercial e da balança de pagamentos, uma vez que a proporção do serviço da dívida externa sobre o valor total das exportações aumentou de 7,4% em 1960-1964, para 11,1% em 1965-1969. Em 1967 o sol foi desvalorizado em 44%, abalando a moeda até então considerada das mais estáveis. De novo, o aspecto financeiro externo da crise peruana foi bem menos impactante do que observou-se nos outros casos.

Todavia, a crise hegemônica não era menos grave no Peru. Apenas seus indicadores eram mais sociais do que econômicos. Com uma das mais injustas estruturas fundiárias do mundo, o país viu o problema camponês se avolumar desde meados dos anos cinquenta. No início da década de sessenta, a mobilização camponesa atingia mais de 300.000 pessoas, com protestos

e ocupações de terras. Segundo dados citados por Stepan, cerca de 140 ocupações de terra só em Cuzco, entre agosto de 1963 e março de 1964. Estima-se que em Cuzco, Junín e Pasco, o número tenha chegado a 400. Ademais, o problema não estava restrito a estes departamentos, atingindo quase a totalidade da região das terras altas. As ocupações dirigiam-se aos vários "tipos" de propriedade, "desde pastagens de propriedade estrangeira até as haciendas tradicionais" (op. cit. p.150).

Nas cidades, as altas taxas de crescimento demográfico e a miséria endêmica acirravam o conflito pela posse urbana. A população favelada de Lima saltou de 120.000 pessoas em 1955, para 750.000 em 1970. Neste quadro, o agravamento da crise econômica após 1965 conjugou estes conflitos pela terra urbana, com um aumento das greves, cujo número médio anual passou de 269 em 1957-1962, para 398 em 1963-1968.

Outra área de tensão era delimitada pelas demandas da industrialização. Esta, sendo frágil e recente, não atravessou uma fase de 'substituição de importações'. Não houve um período em que os bens de produção entraram no país como insumos importados para mais tarde serem invertidos como capital produtivo. Tampouco havia uma burguesia industrial nacional que necessitasse ser incorporada como sócia-menor para ser cooptada. Antes, face ao controle de setores estratégicos pelo capital monopolista (exportação, mineração, etc.), bem como seus vínculos com a oligarquia decadente e ainda hegemônica, suas debilidades eram sensíveis na própria fragilidade fiscal do Estado.

Sem condições de manipular os recursos das exportações em função do desenvolvimento interno, através de investimentos produtivos e de infra-estrutura integrados, o Estado Pe-

ruano era incapaz de reverter o quadro de uma industrialização dispersa e anárquica. Centrada no setor de bens de consumo não-duráveis (Departamento II), principalmente alimentação, bebidas e têxteis, além do beneficiamento de minérios, que fazia parte do enclave monopolista; a indústria peruana contava com algumas linhas de montagem e produção de bens de consumo duráveis (Departamento III), mas de modo geral era inapta para realizar uma acumulação endógena, amparando-se num circuito interno de valorização do capital.

Assim, a derrocada de Belaúnde Terry em outubro de 1968, deveu-se menos à deterioração conjuntural da economia, do que ao esgotamento do status quo oligárquico de acumulação e hegemonia.

Em termos sócio-econômicos, o 'cesarismo progressivo' do regime liderado por Juan Velasco Alvarado buscou traduzir a precedência da reforma sobre a repressão²⁵, numa estratégia de desenvolvimento que se poderia chamar de 'nacionalismo estatista'. O novo governo realizou políticas distributivas, reformas estratégicas e redefiniu laços com o capital internacional. Num prazo e alcance sem par na América do Sul. A base institucional e política deste programa, bem como sua emergência no seio das FFAA, são analisadas no item V.3.

Pode-se dizer no entanto, que tratava-se de uma leitura peculiar do binômio Segurança & Desenvolvimento, onde este último era considerado pré-condição do primeiro. Aos militares hegemônicos na Fase I do regime, interessava reduzir as debilidades estruturais do país, integrando as massas populares à Nação e construindo as condições para a ampliação da Potência. A criação de condições para a constituição de um complexo militar-industrial também encontrava-se entre os ob

jetivos militares.

Durante a chamada Fase I do regime (1968-1975), uma das principais medidas foi a reforma agrária. O núcleo central da oligarquia, representado pelos produtores de açúcar e algodão do litoral, foi desapropriado e as fazendas foram transformadas em cooperativas agro-industriais, ou distribuídas em assentamentos de camponeses sem terras. Com isto, a Sociedad Agrária Nacional, símbolo e expressão do poder oligárquico, foi transformada totalmente. A reforma agrária favoreceu tanto os trabalhadores das plantações costeiras, quanto os camponeses da sierra.

O regime implantou também uma reforma urbana. Nesta altura, um terço da população urbana do país morava em favelas. A concessão de títulos de propriedade e os investimentos em obras de saneamento e infra-estrutura foram intensos neste primeiro momento.

No terreno industrial, a preocupação maior do novo governo era reduzir as tensões entre capital e trabalho, integrar o operariado industrial ao mercado de consumo como forma de reativar a demanda e aumentar a produtividade. Menos a eliminação da propriedade privada do que uma certa limitação dos poderes dela advindos. A ley de la Comunidad Industrial dispunha-se a forjar uma "unidade orgânica" entre patrões e empregados, aumentando os ingressos dos assalariados e sua participação na gestão financeira e administrativa das indústrias. Prevvia também um aumento de formas de propriedade social e estatal. Com isto se pretendia eliminar tanto a oposição da Sociedad Industrial, quanto a autonomia da CGTP, predominantemente influenciada pelos comunistas e estimulada pelo governo em alternativa à CTP de inspiração aprista.

Como lembra Stepan, no esforço de estabilizar o país e controlar a industrialização²⁶:

"O governo usou políticas distributivas para se lançar num programa a fim de incorporar a população - especialmente (...) camponeses, favelados e operários da indústria (...) - em novos grupos associativos privilegiados pelo Estado. O órgão principal incumbido inicialmente desta tarefa foi o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (SINAMOS)."

(Op. Cit. p.178)

Criado pela ley de Movilización Social de 1971, o SINAMOS, juntamente com os ministérios mais importantes, foi o grande organizador da integração vertical pretendida. Em 1974 o setor agrícola foi organizado em federações locais, provinciais e na Confederación Agrária Nacional, da qual participavam camponeses, assalariados e proprietários. Também o setor industrial foi reorganizado nestes moldes, culminando na Confederación Nacional de las Comunidades Industriales.

Aliadas a estas medidas redistributivas e legitimadoras, o governo desapropriou sem indenizações a Internacional Petroleum Company, acusada de sonegar impostos e lesar o país. Em 1971 encerrou as concessões norte-americanas de exploração do cobre. Até esta época as extrações de minerais estavam divididas entre 8,4% sob controle nacional e 91,6% estrangeiras. Uma certa reversão deste quadro foi possível através do estabelecimento do monopólio estatal do refino e da comercialização.

Logo após, em 1973, a Cerro do Pasco foi nacionalizada, uma parte do sistema bancário voltou ao controle estatal (a desnacionalização acelerada do sistema financeiro ocorreu

desde os anos cinquenta). Este conjunto de medidas nacionalistas foi levado a cabo num momento em que os EUA estavam impedidos de decretar sanções²⁷.

Num momento posterior da fase I (1972-1975), mais voltado à estabilização e consolidação do regime, as duas questões cruciais eram os limites da mobilização social dirigida pelo Estado e a inserção internacional (econômica, diplomática e militar) de um governo que não era "nem comunista nem capitalista". Nesta conjuntura, as dificuldades estruturais do governo em conseguir recursos internos e externos necessários à continuidade das reformas, paulatinamente foi esgotando os meios do regime, marcado pelo acirramento de tensões sociais e pela disputa entre frações militares pela hegemonia do processo.

Após a queda de Velasco Alvarado em agosto de 1975, começa a chamada Fase II do regime, agora sob a liderança do general Morales Bermudez. Em junho de 1976 se aprofunda o "giro à direita" com a adoção de um Plan de Austeridad. Entre outras medidas, o plano proibiu greves e congelou salários. Nesta altura o país vivia já sob os efeitos da crise internacional e da escassez de recursos e capitais. Em 1977, 60% do valor das exportações foram gastos com o serviço da dívida externa. Em meio à forte crise econômica que adentrou os anos oitenta, iniciaram-se em 1977 as negociações para a retomada do controle civil sobre o Estado; vale dizer, na crua constatação de João Quartim de Moraes, controle dos representantes políticos da burguesia e do condomínio de forças dominantes.

Ao que parece, o nacionalismo estatista do cesarismo progressivo deslocou efetivamente a hegemonia do setor oligár -

quico no bloco de poder. Ao redefinir parcialmente os laços da dependência, o pólo dinâmico da sociedade peruana deslocou-se para a indústria, sob a hegemonia do capital privado. A acumulação beneficiou-se da produção de insumos, infraestrutura e serviços fornecidos pelo Estado autonomizado. A hegemonia no seio do bloco histórico que surge da superação da crise orgânica é controversa, mas parece apontar para a aliança entre o capital industrial nativo e o capital monopolista internacional como epicentro da dominação contemporânea no Peru.

V- FORÇAS ARMADAS E GOLPE DE ESTADO

O golpe de Estado, como técnica e arma política, pode ser considerado uma modalidade de redistribuição violenta das possibilidades de exercício da política, portanto, como *luta* pelo poder. A instauração de um novo poder, de fato, não legitimado pela soberania popular em suas formas de exercício democrático, necessita impor um novo ordenamento jurídico-constitucional, uma nova legalidade que requisita da força, pois, sua legitimidade. Nos casos em questão, esta legalidade corresponde aos mecanismos afins à ditadura burocrática do aparelho de Estado autonomizado.

Se indagamos pelas conseqüências do golpe militar sobre as possibilidades de efetivação democrática nestas nações, é com o intento de refletir sobre a especificidade do protagonismo da força armada na emergência destes regimes.

Aquilo que Huntington chamou de pretorianismo de massas encontra efetivamente algum substrato real na forma de que se revestem os conflitos sociais ao longo da crise hegemônica. Deste conceito, Alain Rouquié inferiu a existência de uma pluralidade de "poderes pretorianos" em pugna, como o estudantil, o militar, o empresarial, o religioso, o sindical, o rural, etc.

Daí, deduz que a especificidade do protagonismo militar nos golpes de Estado da área nos anos sessenta, poderia ser creditada, mesmo levando-se em conta suas alianças civis, aos meios disponíveis e ao papel funcional específico do "poder militar" na equação estratégica latino-americana.

Com isto, a problemática relevante das distinções de potência entre sujeitos coletivos em interação conflitiva fica

obscurificada pela descrição de variações funcionais de grau , sem que se expliquem as variações substantivas decorrentes da natureza dos papéis sociais dos sujeitos.

Além disto, o modelo dos poderes funcionais está ancora do num tipo de oposição similar àquela abstração militares x civis, Embora lide com um número superior de variáveis, o que permite uma descrição mais concreta das alianças dos atores (quais civis se aliam a quais militares, contra quais poderes e com que fins objetivos ou pessoais), sua compartimentalização pouco esclarece sobre a função não-democrática das FFAA. Trata-se de buscar tal esclarecimento, no itinerário que as conduz da tomada de partido (politização) ao exercício da função de partido; da defesa nacional à segurança nacional , quando então as forças armadas latino-americanas se tornam o cimento ideológico, o ariete e o núcleo dirigente dos regimes ditatoriais.

Assim, não se trata de recusar o uso de hipóteses conceituais no exercício comparativo, mas, como diz João Quartim de Moraes²⁸, de procurar o conceito das diferenças, e não apenas uma descrição erigida em modelo abstrato. Vale dizer que, procurando não confundir as condições específicas da intervenção militar com as condições políticas gerais em que ela se insere, a explicação do novo militarismo é remetida novamente à sua matriz histórica: a crise latino-americana que medeia entre a Revolução Cubana (1959) e a derróada de Allende no Chile (1973) .

Já que não se trata de conceber as FFAA sociologicamente como sujeitos já dados, portadores de interesses e valores não especificados, "é necessário determinar historicamente os aspectos abstratos arbitrariamente isolados para fins'

hermenêuticos e restituir aos protagonistas do processo político (...) sua concretude social, examinando-os em sua constituição e em sua evolução histórica". (Cf. nota 28, p. 187)

Considere-se, preliminarmente, que as forças armadas ocupam o mesmo epicentro de poder que as classes dominantes no Estado capitalista²⁹. Por que então, durante a crise hegemônica, quando foram capazes de impor uma nova direção ao desenvolvimento econômico e institucional, elas não mantiveram um padrão unitário? Certamente, as especificidades nacionais, mas, dentre estas, como explicar aquelas que singularizam as FFAA?

Segundo o próprio Rouquié, os militares possibilitaram uma solução burocrática da crise orgânica, "cobrindo a distância que separava então a dominação econômica da classe reinante (...), tratando de harmonizar pela força a legitimidade econômica e a legitimidade política", através dos novos regimes.

Contudo, uma tal definição é ainda bastante insuficiente se quisermos responder questões simples e cruciais. Por exemplo, como explicar o peso específico da repressão e da reforma nos regimes Brasileiro e Peruano? Ou as diferentes percepções das FFAA a respeito de seu papel na crise dos anos sessenta? Como operou a distinção entre "duros" e "brandos" na elaboração das distintas sínteses programáticas, das hipóteses de guerra, na maior ou menor rigidez dos regimes de exceção; e nos processos de liberalização e retomada do controle social?

No plano específico da dinâmica militar, cabe acolher a indicação de Carranza e discutir "como juega, dialécticamente, la relación entre fuerzas armadas-partido (o fuerza so -

cial) en la escena política y fuerzas armadas-aparato repressivo del Estado (o categoria social) ... (Op. cit. p. 48)

Salienta-se que não são duas entidades diferenciadas (partido e aparelho repressivo), e tampouco são papéis sociais exercidos diacrônicamente (numa seqüência temporal na qual as FFAA seriam aparato repressor nos governos civis e partido nacional³⁰ nos governos militares). Antes, as variáveis decorrem da própria complexidade social e institucional das forças armadas, bem como da contraditória simultaneidade em que se desenrola sua condição de principal protagonista da autonomização do Estado.

As forças armadas são a elite estratégica do Estado. Enquanto instituição, detém o monopólio dos meios legais e dos meios reais de uso da força militar. Dispõem ainda de outros meios (administrativos, intelectuais, orçamentários, tecnológicos, etc.), em geral superiores aos da maioria das agências governamentais. Sua coesão organizacional, emergindo no processo histórico de centralização militar que configurou-as como sujeito coletivo dotado de vontade estratégica, está ancorada no princípio orgânico da unidade de comando burocraticamente hierarquizado.

Segundo Alain Joxe, sua complexidade institucional reside no fato de produzirem simultaneamente "efeitos de dominação" e "efeitos de direção". Ou seja, muito embora seu papel profissional precípua consista em operar como aparelho repressivo in extremis e dispositivo de defesa nacional, seus desempenhos econômico e ideológico estão longe de serem irrelevantes. Apenas para citar : no plano econômico, basta pensar no controle orçamentário dos gastos com a defesa e na montagem do complexo militar-industrial; e, no plano do exer-

cício hegemônico, a formulação de teorias e ideologias legitimadoras do intervencionismo, elaboradas tanto para consumo interno quanto voltadas para fora da instituição.

E, enquanto categoria social, as forças armadas são o ramo militar da burocracia estatal. Como tal, nem suas origens de classe (burguesia, oligarquia rural e camadas médias urbanas ao nível da oficialidade e proletariado e campesinato ao nível da tropa), nem seus vínculos estruturais com as classes dominantes através da parcialidade de classe do Estado capitalista, são suficientes para definir com precisão sua participação nos conflitos sociais (ao contrário, tendem a induzir abordagens reducionistas ou unilaterais).

A relação social à que se refere Carranza (categoria e força social), decorre da análise do papel da burocracia estatal nas formas de autonomização cesarista. Sobretudo, o aspecto nada democrático das transformações "pelo alto", de caráter estatal, dos processos de construção da nação.

Julgamos haver uma coerência estratégica em sua atuação desde os anos trinta, mesmo levando-se em conta as oscilações pendulares nos conteúdos de suas políticas e alianças, quando de sua conversão em força social da transformação industrial durante os Populismos, até a tentativa de erigir-se em solução hegemônica alternativa à crise orgânica. Tal coerência tem no primado da defesa e ampliação da autonomia no Estado (das FFAA) e do Estado (com vistas à construção da Potência), seu princípio elucidativo e fio condutor.

Situados os dois pares de variáveis explicativas, considera-se a seguir as ditaduras militares como o ponto de confluência entre as funções de partido e de repressão. As redefinições na estrutura e na dinâmica das FFAA no seio do Está

do são um largo processo que envolve alterações organizati-vas, ideológicas, tecnológicas e jurídico-constitucionais. Sua longa duração tem na instalação do controle militar dire-to sobre o centro governamental, um marco que culmina uma e-tapa e alavanca outra.

Não lineares e bastante complexas, estas mudanças susci-tam um esboço de periodização³¹, concernente ao período em te-la (1945-1976). Após a II Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria (Cf. item III), há uma nova inflexão no processo de centralização e profissionalização das forças armadas. A adoção, em maior ou menor^{multida,} da ideologia de Segurança Nacional, bem como o alinhamento com os EUA através do TIAR, marca o desenvolvimento posterior dos exércitos latino-americanos. Na esteira da instalação do National War College em Washing-ton, em 1946, são criadas escolas de formação ao nível de es-tado-maior. Como a Escola Superior de Guerra (ESG) no Bra-sil, instalada em 1949, ou a Escuela de Defensa Nacional da Argentina, e o Centro de Altos Estudios Militares (CAEM) do Peru, instalados logo depois.

Além de mudanças na educação superior da oficialidade, neste período são lançados os fundamentos de uma nova concepção estratégica, os serviços de inteligência e informações voltam-se para a elaboração de sínteses programáticas e são introduzidas importantes alterações na estrutura das três ar-mas. Com base na substituição da tradicional influência euro-péia (Francesa no Brasil e Argentina, e Alemã no Chile), no que respeita aos conceitos estratégicos básicos, pela influ-ência norte-americana; e, com base nas novas hipóteses de guerra dominantes³², o incremento orçamentário para a moder-nização das três armas e as alterações ao nível de alto-co-mando reforçaram a centralização e a participação política

das forças armadas. Mas como destacam diversos autores, trata-se já de um intervencionismo radicado em novos parâmetros profissionais, ideológicos e políticos.

A dependência político-militar ao centro hegemônico norte-americano chocou-se com o nacionalismo secular dos exércitos da área, ao menos com importantes facções destes. Como vimos na secção III, na conjuntura dos anos cinquenta surgiram regimes populistas que contavam com o apoio destas facções militares nacionalistas, não obstante a freqüente recusa manifestada quanto à política de massas do populismo. Estes governos, como o de Arbenz na Guatemala, Perón na Argentina, Estensoro na Bolívia e Vargas no Brasil, foram derrotados ^{por} ~~em~~ alianças ^{com} ~~com~~ facções militares conservadoras.

Ou seja, a aceleração da profissionalização no pós-guerra, desenvolvendo-se nos termos da nova divisão de trabalho militar no continente (defesa do Ocidente e "contenção ao comunismo"), acelerou também a politização das FFAA. A nova hipótese de guerra dominante, embora em geral não abandonasse a possibilidade de conflitos inter-estatais na região, estava menos voltada para a guerra convencional de média intensidade, do que para a defesa das fronteiras interiores. O deslocamento das funções das forças armadas do sub-continente para a defesa do status quo de seus respectivos espaços internos nacionais, num contexto de inserção externa subordinada ao centro hegemônico Ocidental, acirrou o conflito entre facções e abalou a unidade institucional e tecno-profissional. As divisões entre partidários do "alinhamento automático" e "nacionalistas" são relevantes para um padrão de conflituosidade intra-militar, mesmo após a derrocada dos regimes populistas e liberais-democráticos, entre as décadas de

cinquenta e setenta, como atesta a existência de facções "Velasquistas" em vários exércitos da América do Sul. É todavia insuficiente para a análise do novo golpismo.

O novo paradigma da profissionalização, baseado na ideologia de Segurança Nacional, articula-se no duplo plano da segurança interna e do desenvolvimento sócio-econômico. A identificação de objetivos nacionais e a remoção de óbices à sua efetivação, as funções de planejamento e a nova percepção acerca do papel do aparelho estatal (e da própria força armada como partido nacional) fazem parte das aptidões radicadas no novo paradigma.

A relação entre elemento repressivo e elemento reformador é similar à existente entre segurança e desenvolvimento. Mesmo variando segundo as características de cada processo nacional, tal relação é útil ao esforço comparativo. É possível pensarmos na preponderância das práticas repressivas nos países de cesarismo regressivo, como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai por exemplo. Claro que isto não exclui, como foi visto no item IV, inúmeras modalidades de reforma (desde projetos de "ação cívica" idealizados nos EUA, até tentativas de reforma agrária e estatização de setores econômicos). E na preponderância de um perfil reformador nos países do cesarismo progressivo, como Peru, Panamá, Equador e a Bolívia de Torres. Aqui também não se exclui o outro termo da contradição (basta pensar na repressão aos "excessos" da mobilização camponesa e popular e/ou na repressão ao comunismo).

A vitória da Revolução Cubana em 1959 e o aprofundamento da crise hegemônica no início dos anos sessenta, acrescenta legitimidade à participação militar na política, para suprimir os "óbices" aos objetivos nacionais, remover as amea-

ças à instituição castrense e, eventualmente, estabilizar governos conservadores (as curtas presidências de José Maria Guido e Jânio Quadros e o governo Belaúnde Terry ...). Certamente, ~~que~~ há uma componente de auto-preservação institucional dentre as motivações intervencionistas do novo militarismo dos anos sessenta. Basta lembrar do impacto causado pela dissolução do exército regular Cubano após a vitória das forças guerrilheiras. Mas o *primum vivere*, como o designou Finer, entrecruza-se com os demais condicionantes em debate, sem autorizar explicações unilaterais.

A doutrina da ameaça interna e seu corolário de manutenção das fronteiras ideológicas, condicionam largamente este período. A organização da contra-insurgência obedecia aos interesses norte-americanos na região, mas também aos fatores internos e aos vínculos diferenciados das FFAA com as classes dominantes de cada país.

O aparato da luta anti-guerrilhas, montado sob os auspícios da Junta Interamericana de Defesa (JID, instalada em Washington em 1962), envolveu o treinamento militar e ajudas financeiras crescentes. Desde 1961 vinham se intensificando os cursos em Fort Gullick na zona do canal do Panamá. E a ajuda financeira para fins militares saltou de 4,7 milhões de dólares em 1959, para 18,9 milhões de dólares em 1962 ³³.

Neste período, que vai até meados dos anos setenta, se consolidam as ditaduras militares sine die. Na X CEA (Conferência dos Exércitos Americanos) em Caracas, em 1973, o comandante-em-chefe das forças armadas Argentinas, General Cargno, ainda propunha reformas anti-imperialistas no TIAR. E na CEA de Montevidéu, em 1975, já não se ouviram vozes disto antes no coro dos regimes da Segurança Nacional.

A revolução institucional que se acelerou nas Forças Armadas latino-americanas após a II Guerra Mundial, culminou ' seu desenvolvimento ulterior na cifra eloqüente de oito ditaduras militares em ~~deze países independentes~~ na América do Sul, em 1976.

V.1- BRASIL

Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, a crise político-institucional agravou-se aceleradamente. O episódio da posse do vice-presidente João Goulart é ilustrativo a respeito do grau de tensionamento que a conjuntura exibia então. O veto do alto-comando das Forças Armadas à posse do vice-presidente do PTB, obteve apoio de setores do empresariado, dos parlamentares e de parcela da opinião pública. Ao mesmo tempo, ensejou uma ampla mobilização constitucionalista e de massas em favor da posse. A Campanha da Legalidade foi dirigida desde o governo do Rio Grande do Sul por Leonel Brizola, angariando apoio nacional à defesa do mandato ameaçado. Após declarações de lideranças militares como o General Machado Lopes (comandante do III exército sediado na região Sul) e o Marechal Henrique Lott (ex-ministro da Guerra, ex-candidato à presidência da República e autor do contra-golpe legalista que garantira a posse de Juscelino Kubitschek em 1955), o Congresso Nacional recusou o veto militar e empossou Goulart.

A mobilização social e a divisão das forças armadas impediram o "golpe de veto", mas a solução parlamentarista adotada, continha já elementos de um "golpe branco", tendo durado de setembro de 1961 até janeiro de 1963.

Com a obtenção de 80% dos votos no plebiscito que aprovou a volta do presidencialismo, o governo Goulart auferiu ganhos de legitimidade valiosos. Esta foi erodida nos quatorze meses seguintes, pela crise econômica, pelo acirramento dos conflitos sociais e pela radicalização do confronto político.

As pressões sobre o governo, ex parte populi, resultavam de movimentos reivindicatórios e grevistas que vinham crescendo desde meados dos anos cinquenta, atingindo seu auge nos anos 1962-1964. Ao ponto de ameaçar a estratégia de desenvolvimento e o controle paternal-estatal do Populismo. Estas mobilizações populares atingiam setores heterogêneos da classe operária, das camadas médias urbanas (este é um momento de afirmação do sindicalismo bancário e de funcionários públicos) e do campesinato. Entidades como CGT, MUT, PUA, UNE e Ligas Camponesas pressionavam o governo visando a radicalização programática das chamadas Reformas de Base. Os limites ideológicos do nacional-populismo estavam sendo testados pelo "conjunto inorgânico" das mobilizações; em outubro de 1963, uma passeata com 30.000 pessoas pela Reforma Agrária, foi reprimida duramente pelo IV Exército em Recife. E, em maio do mesmo ano, um aumento salarial de 70% concedido ao funcionalismo federal, serviu como pretexto para o FMI retirar apoio à política econômica.

Estes dois exemplos demonstram que o compromisso populista estava sendo rompido ~~com~~ velocidade maior do que as oscilações da Administração Goulart podiam acompanhar. O PCB e o PTB ensaiavam ações conjuntas de mobilização social e encontravam-se otimistas em relação ao desenvolvimento da conjuntura. No Parlamento, a crise do sistema partidário cingia os contendores em dois blocos, a Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação Democrática Nacional.

As Forças Armadas também foram abaladas pelo contencioso do período. Não apenas com as "quebras de disciplina" e rupturas na hierarquia com as revoltas de sub-oficiais, soldados e marinheiros, mas também com a adoção, por parcela da

oficialidade, de posições favoráveis às Reformas de Base, ou, no mínimo, de uma postura legalista. A Revolta dos Sargentos' em Brasília (1963) e a Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros Navais no Rio de Janeiro (1964 20-27 de março) foram os movimentos mais importantes. Esta última chegou a exigir a exoneração do ministro da Marinha, contou com o apoio do CGT e, após um momento repressivo inicial, teve todas as suas reivindicações atendidas e seus participantes anistiados (1.200 pessoas). A crise militar (de) de março acelerou a reação golpista, e após a derrubada do governo 122 oficiais foram expulsos das Forças Armadas, no dia 11 de abril de 1964.

Assim, quando o cesarismo progressivo tenta a radicalização num sentido reformista, nos primeiros meses de 1964, o golpe civil-militar já estava em curso preparatório³⁴. Quando se realizou no Rio de Janeiro em 13 de março o comício da Central do Brasil, onde Goulart assinou decretos nacionalizando o refino de petróleo e iniciando a reforma agrária, a oposição golpista já preparava sua resposta, que veio através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo ~~o~~ 19 de março. O comício da Central reuniu duzentas e cinquenta mil pessoas e a Marcha quinhentas mil.

Combinando a mobilização agressiva de forças sociais reacionárias com a conspiração civil-militar, o golpe foi desferido em 31 de março de 1964. Além do apoio de quase todos os comandos militares, das forças sociais interessadas na derrubada da "república sindical" (oligarquias rurais, burguesia associada, capital internacional, etc.) e da Potência hegemônica, o golpe contou com importante adesão nas camadas médias, atemorizadas e ideologicamente afinadas com a "mora-

lização" e a "democracia" contra "corrupção" e o "comunismo".

O golpe de Estado da contra-revolução preventiva, consolidação rapidamente durante o governo do Marechal Castello Branco. A primeira onda repressiva, desencadeada com o ato institucional da junta militar provisória, destruiu o movimento nacional-populista e atingiu fortemente as instituições sindicais, políticas, estudantis e culturais da sociedade-civil.

Mas, ao contrário do que esperavam muitos aliados civis e mesmo alguns militares, o novo golpismo não pretendia ser apenas uma solução cesarista policial, com tarefas temporárias de repressão interna. Em parte em função da Doutrina de Segurança Nacional e do vínculo expressivo do governo Castello Branco com a Escola Superior de Guerra, em parte em função das disputas no seio do aparelho militar, do continuum repressivo foi surgindo o regime ditatorial sine die. Com isto, esperamos demarcar com a difundida visão de que o regime nasceu e desenvolveu-se como um plano concebido e executado por quadros militares ligados à ESG, principalmente o chamado grupo da "Sorbonne" em torno de Golbery do Couto e Silva. Tal visão, disseminada após as pesquisas de Alfred Stepan (Cf. nota 02), apenas em parte correspondem à real influência da ESG, certamente forte no governo Castello e também no de Geisel, mas não determinante em áreas chave como a estratégia de desenvolvimento sócio-econômico, a política de colonização interna, as orientações diplomáticas, etc. O artigo de Shiguenoli Miyamoto 'Escola Superior de Guerra: Mito e Realidade' lança questões pertinentes a esse respeito (Revista Política e Estratégia nº 1 vol.5 jan.-mar. de 1987).

Após os resultados desfavoráveis das eleições para os

governos estaduais em 1965, quando foram eleitos oposicionistas para os governos da Guanabara e de Minas Gerais, foram decretados os atos institucionais nº 2 (extinção dos partidos e criação do bipartidarismo, com a governista ARENA e o oposicionista MDB), nº 3 (eleições indiretas para Governadores) e nº 4 (transformando o Congresso Nacional, desfalcado pelas cassações de oposicionistas, em Assembléia Constituinte).

O arcabouço jurídico-constitucional da ditadura foi complementado com a constituição de 1967 e a Lei de Segurança Nacional. O estado de exceção e a militarização de seus aparelhos de poder, reforçaram a autonomização. A prevalência crescente do poder executivo sobre o legislativo e o judiciário, bem como as restrições ao princípio e as práticas federativas, foram as vias pelas quais se deu a expansão centralizada dos aparatos do Estado. A reforma administrativa (Decreto Lei nº 200) reforçou tal tendência ao nível do executivo, cada vez mais submetido ao controle da aliança entre tecnoburocracia e militares.

Na conjuntura dos anos 1967-1968 há uma importante bifurcação em relação ao caso argentino, ~~que~~ como será discutido no próximo item, teve no Cordobazo o signo de sua precoce falência.

Neste período, marcado pela fase final da desaceleração econômica (1962-1967) e por fissuras no seio do grupo militar, a oposição multilateral ao governo Costa e Silva assume contornos fortemente instabilizadores. Por um lado, setores empresariais e parlamentares até então aliados, como Carlos Lacerda, passam à oposição organizando com personalidades como os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek; a

Frente Ampla. A base desta aliança entre golpistas e derrubados era a exigência de recomposição do Estado de direito democrático e a reorientação da política econômica.

Por outro lado, havia ~~os~~ indícios de uma certa rearticulação da oposição operária, com a criação de organismos inter-sindicais (MIA, Frente Inter-sindical de Belo Horizonte, et.) e experiências grevistas como as de Contagem e Osasco;

Contudo, foi no âmbito cultural, intelectual e estudantil que a contestação ao status quo adquiriu maior expressão e efetividade. Movimentos como o Tropicalismo, o Cinema Novo e o Teatro Oficina expressavam a rebelião cultural contra padrões estreitos demarcados pela vigência da censura. As greves e manifestações estudantis contra a política educacional e a Reforma Universitária do regime desafiavam a repressão, culminando com protestos de rua que em 1968 levaram centenas de milhares às ruas. A passeata dos Cem Mil em março de 1968 no Rio de Janeiro pode ser considerada o marco da evolução 'oposicionista'. A classe média que em 1964 apoiara o golpe, agora assistia seus filhos integrarem a 'grande recusa'.

Assim, a chamada crise de 1968 pôs em risco a própria 'continuidade do regime autocrático-militar'. Este reagiu após a crise parlamentar aberta com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves do MDB, crise esta que se prolongou na recusa 'do Congresso em cassar-lhe a imunidade parlamentar. O governo fechou o Congresso Nacional e decretou o Ato Institucional nº 5 em dezembro do mesmo ano.

Ao recrudescimento repressivo que se segue, junta-se o afastamento de Costa e Silva, vitimado por uma trombose, da presidência da República. As tensões militares são resolvidas com o golpe branco da linha-dura, que desfere um golpe

justamente ao impedir a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, nomeando uma junta militar provisória e posteriormente indicando o General Emílio Garrastazu Médice para a presidência.

Para utilizarmos a tipologia de Huntington, houve em 1969 um "golpe de consolidação" que aprofundou o caráter repressivo do regime, afastando pela força discricionária as ameaças desestabilizadoras. Com a decretação da LSN, as reformas constitucionais de 1969 e a expansão dos aparelhos de espionagem e polícia política (criação dos DOI-CODI, etc.), a ditadura preparava a alavanca institucional para o "milagre econômico" e a "guerra suja" que marcaram o governo Médice. A repressão às organizações de esquerda, adeptas ou não da luta armada, desbaratou os últimos focos de resistência ao regime, o que só ocorreria novamente durante o governo Geisel alguns anos depois.

O general Ernesto Geisel foi eleito Presidente em 1974, governando em meio aos estertores da ilegitimidade do regime instaurado dez anos antes, e em meio à crise econômica que sucedeu o ciclo expansivo 1968-1973 (vide item IV.1). O MDB venceu as eleições parlamentares daquele ano, e embora o elemento repressor tenha se mantido intacto, tornou-se necessário iniciar a estratégia de abertura "lenta, segura e gradual".

Enfrentando os setores 'duros' das FFAA, como o General Sylvio Frota e membros do sistema de informações, e cercandose de cuidados quanto às fissuras no sistema, Geisel iniciou uma relativa liberalização do regime. Dentre os "cuidados" tomados, vale a pena destacar as restrições à oposição através de legislação eleitoral casuística (Lei Falcão, Pacote

de Abril, unificação dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara e divisão do Mato Grosso em dois estados, etc.) e os surtos repressivos anti-comunistas (prisões de líderes do PCB em 1975, assassinato de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, "chacina da Lapa" onde foi desbaratado o CC do PCdoB em 1976).

Durante os governos Geisel e Figueiredo o regime logrou dirigir o processo chamado por Geraldo Cavagnari F^o, de transição do autoritarismo militar discricionário para o autoritarismo civil institucionalizado, com a manutenção da autonomia e do poder tutelar das FFAA.

Mas tal processo já escapa ao objetivo deste trabalho³⁴, mesmo tendo em vista que, no caso brasileiro, a transição abarca dez dos vinte e um anos de duração do cesarismo regressivo.

V.2- ARGENTINA

A crise hegemônica na Argentina processou-se de forma muito mais lábil, embora haja um fio condutor predominante. Desde o golpe que depôs Perón em 1955, até a segunda ditadura militar sine die em 1976, a contradição entre peronismo e anti-peronismo centraliza as atenções políticas no país.

A derrocada de Arturo Frondizi em março de 1962, além da crise econômica (Cf. item IV.2), deveu-se também à conjuntura internacional e à oposição militar, cujo nexó geral com a contradição citada é profundo. A aproximação de Frondizi ao governo Kennedy em função da Aliança para o Progresso, revestiu-se do mesmo tipo de ambigüidade que marcou a diplomacia neutralista de Jânio Quadros (Cf. nota 10).

Subestimou a presença "física" da Guerra Fria no sub-continente após a Revolução Cubana e, com isto, as alterações nas doutrinas estratégicas do estado-maior das FFAA. A abstenção argentina durante a conferência da OEA em Punta del Este, referente à expulsão de Cuba, foi objeto de viva crítica na cúpula militar.

Com o objetivo de garantir as condições institucionais da "Revolução Libertadora" de 1955, (democracia liberal tutelada e banimento do peronismo), os militares manifestaram-se trinta e quatro vezes a respeito de questões políticas entre 1958 e 1962, na conhecida modalidade latino-americana do planteamiento. Em 1959 impuseram a nomeação de Álvaro Alsogaray para o ministério da economia.

A vitória parcial dos peronistas no pleito de 1962, e em particular a eleição do ex-líder sindical Framini para o governo provincial de Buenos Aires, acelerou a crise. O go -

verno federal relutou em decretar a intervenção nas províncias onde a oposição havia vencido, detonando o golpe preventivo de 28 de março.

Na tipologia de Huntington, o golpe de veto manteve a aparência constitucional, entregando o governo ao vice-presidente José Maria Guido. Sua curta presidência foi marcada pela anarquia militar, por ameaças de guerra civil e por uma democracia restringida, que organizou as eleições de 1963 sem a participação da justicialista Unidad Popular.

Antes porém, é preciso referir mesmo que brevemente, ao enfrentamento armado entre distintas facções das FFAA, em abril de 1962. A raiz da oposição entre Azuis (legalistas e influenciados pelo nacionalismo integrista) e Colorados (partidários da ditadura golpista e ultra-liberais) encontrava-se na atitude para com o justicialismo.

Ambas facções eram visceralmente anti-peronistas, mas os Azuis julgavam que apesar de tudo tratava-se de uma força nacional e cristã, que havia salvo a classe operária argentina do comunismo; enquanto para os Colorados o peronismo não passava de um movimento classista, sectário e subversivo que devia ser banido e proscrito. Os Azuis tinham seu centro de gravidade na cavalaria mecanizada, considerada a arma nobre do exército. Suas motivações eram mais profissionalistas e voltavam-se à reunificação da corporação, que julgavam dividida pelo excesso de intervenção política. Os Colorados, baseados na infantaria e na artilharia, possuíam motivações sócio-políticas mais estritas. Segundo Rouquié, de certo modo sua evolução é paralela a da classe média, além do que, 60% da oficialidade Colorada é oriunda de Buenos Aires e tem ascendência na imigração plebéia.

A vitória dos Azuis do Campo de Mayo, liderados pelos Generais Lanusse e Onganía, sobre os Colorados liderados por Federico Toranzo Montero, tornou possível a convocação de eleições. Mas esteve longe de "resolver" a crise militar. Além do que, a "opinión pública influyente, el establishment oligárquico de las asociaciones y de los órganos de la prensa y las temerosas clases medias querian que se adoptara una actitud de extrema firmeza hacia el peronismo" (Rouquié op. cit. p. 195).

Assim, o Azul general Rauch, novo comandante-em-chefe das FFAA, patrocinou um endurecimento anti-peronista e anti-frondizista digno dos Colorados mais exaltados.

Após a tentativa de criação da Frente Nacional Popular, patrocinada em 1963 por nacionalistas, frondizistas, a UCRI, a CGT e militares Azuis, as eleições de julho se realizaram sob a expectativa de agravamento da crise. A coalizão esboçada foi 'explodida' por críticas que foram desde a Sociedad Rural e a Unión Industrial Argentina, até a UCRP de Balbín e o justicialista Framini.

Com 85% de comparecimento, Arturo Illia da UCRP foi eleito com 25,8% dos votos, contra 16,8% de Alende da UCRI e 7,7% dados ao General Aramburu. De início Illia podia considerar-se mal eleito, pois além de pertencer a uma pequena fração democrático-radical da UCRP (o sabattinismo), seu partido conquistou treze governos provinciais dos vinte e dois em disputa e elegeu setenta e dois parlamentares dentre as cento e oitenta e nove cadeiras. Ademais, a UCRP aliara-se aos militares Colorados na crise de 1962 e agora a hegemonia nas FFAA estava nas mãos dos Azuis. Situação inversa da experimentada por Frondizi, prisioneiro dos "gorilas" que vi

riam a ser mais tarde os Colorados. A legitimidade de Illia era proveniente tanto das urnas quanto do legalismo Azul do comandante-em-chefe das FFAA, o General Onganía.

E este legalismo, menos do que um imperativo profissional demarcado pelo respeito à forma democrático-representativa, era cada vez mais informado pela divisão inter-americana do trabalho militar e ideológico de defesa do "Ocidente e da moral cristã", estabelecendo claramente os limites da atuação governamental. A chamada "doctrina Onganía" foi exposta pelo comandante-em-chefe na V CEA em West Point, em 1965.

À luz destes elementos, pode-se considerar o impacto causado pela anulação dos contratos petrolíferos, em novembro de 1963. Estas e outras medidas, tensionavam claramente os limites das relações com as FFAA. Afinal, eram medidas levadas a cabo por um governo democrático, de centro-esquerda, partidário de um desenvolvimento econômico gradualista, com distribuição de renda e proteção social aos trabalhadores.

Na conjuntura 1964-1965, aumentavam as pressões norte-americanas, assim contextualizadas por Alain Rouquié :

"La hegemonia de los azules ante un gobierno con veleidades anti-imperialistas coincidía con los tiempos difíciles de la Guerra Fria en el hemisferio americano: la "revolución brasileña" de abril de 64 y la crisis dominicana de abril-mayo de 1965 (Op. cit. p. 232) "

Pressionado pelo exército, em maio de 1964 o governo firma um contrato com os EUA (Plan de Ayuda Mutua- PAM) para fornecimento de materiais no valor de 18 milhões de dólares, mesmo assim, desde inícios de 1965 Onganía multiplica as declarações em defesa das 'fronteiras ideológicas' .

Outra questão crucial para Illia era a evolução do Peronismo. O governo era contra as proscricções, vetos e ostracismos. Almejando derrotar Perón nas urnas, lealmente. Para isto, a UCRP aliava-se com os Neo-peronistas do interior, tentava arrancar votos populares através de concessões sociais e democratizava os sindicatos buscando debilitar o poder das federações controladas pelos peronistas.

De sua parte, Perón encontrava dificuldades em manter unido o justicialismo, onde muitos disputavam a herança da lealdade das massas ao "velho caudilho". Um bom exemplo é A. T. Vandor (El lobo), antigo sub-oficial da marinha e dirigente da poderosa UOM (Unión Obrera Metalúrgica), expandida durante a industrialização acelerada de Frondizi. A facção de Vandor controlava 62 organizações sindicais, a CGT e influenciava o braço parlamentar do justicialismo.

A CGT lançou uma ofensiva geral contra o governo Illia a partir de maio de 1964, estimulada pelo descontentamento popular com os dois anos de recessão e com a volta da inflação; baseada em ocupações dos locais de trabalho e reivindicações radicalizadas. Tal ofensiva não cessou sequer com as concessões feitas pelo Parlamento e criticadas pela Unión Industrial.

O objetivo de Vandor era demonstrar à Perón que este já não passava de um símbolo do movimento e que sua volta do exílio em Madrid era impossível. Derrotado em duas ocasiões (no fracasso da 'operação retorno' em dez. de 1964 e na tentativa de apoiar o MID- novo nome do partido de Frondizi nas eleições de março-abril de 1965, quando os justicialistas-UP obtiveram 36% dos votos contra 29% da UCRP- Illia), Vandor jogou para o 'racha' quando a emissária de Perón, sua tercei-

ra esposa Maria Estela Martínez (Isabelita) ^{de}, chegou à Buenos Aires em outubro de 1965. Depois disto, as 62 organizações por ele controladas e a CGT, tornando-se interlocutoras de Frondizi e da Unión Industrial, começam a apelar pelo golpe militar.

Em novembro de 1965, a crise ministerial sobreveio com a nomeação para a secretaria da guerra, de um general que fora até então subordinado de Onganía. Este renuncia em protesto contra seu novo 'superior', sendo substituído pelo Gal. Pistarini, como ele Azul, golpista e da cavalaria. A contagem regressiva para o golpe fora detonada por Illia, que dava aos golpistas "uma bandeira, uma causa e um candidato presidencial", o próprio Onganía.

Novamente recorrendo à Rouquié:

"Buscar las causas inmediatas y fortuitas del golpe de estado de junio de 1966 en las peripecias de los últimos seis meses del gobierno de Illia sería en vano. Sólo se encontrarían pretextos, ni siquiera detonantes: la mecha había sido encendida diez meses antes." (Op. cit. p. 248)

Como se vê aqui, o grau de polarização anterior ao golpe era bastante inferior ao verificado no Brasil. O consenso golpista que se foi formando, decorria do profundo desgaste do governo Illia, fruto da crise econômica e das campanhas de 'desprestígio'. Desejado ou consentido por alguns, o golpe era considerado inevitável por todos, nesta fórmula cunhada por Rouquié. A propaganda dos meios de comunicação 'frentistas' (frondizistas), além de ajudar a formar a opinião pública legitimadora do "grande objetivo nacional", tinha no golpe uma revanche de 1962. Os peronistas, sejam os Vandoris

tas, os neo-justicialistas do interior ou Perón, dão o sinal verde e o apoio 'tático' ao golpe, com motivações distintas' em cada caso.

Assim, na conjuntura de 1966, agravantes como o bloqueio do orçamento federal no Congresso, que imobilizou durante meses o governo, as greves em Tucumán, ou o manifesto legalista de março, lançado pelo Secretário da Guerra Cástro Sánchez e apoiado pela marinha e aeronáutica, só adquirem significado no contexto mencionado. A publicação do Plan de las Fuerzas Armadas e o golpe "tecnicamente perfeito" do Gal. Pistarini em 27 de junho, apesar de tão anódino como uma crise ministerial, finalizou uma época e abriu o caminho para a implantação da autocracia transformadora.

A possibilidade certa de vitória peronista nas eleições provinciais de 1967 e a perspectiva de fracasso, tanto das tentativas de dividir o justicialismo quanto dos acordos entre partidos anti-peronistas, na contenção deste crescimento, apontavam a possibilidade de uma polarização entre a UP e a UCRP na eleição para a sucessão de Illia. Tendo Perón demonstrado seu prestígio, aumentou a coesão militar em torno do golpe, induzindo-nos a caracterizá-lo como um golpe de veto, conforme Huntington.

No entanto, a unanimidade nacional em torno do golpe, apenas quebrada pela resistência dos partidos de esquerda e da Universidad de Buenos Aires, foi logo revelando-se paralisante em relação à positividade do projeto de Onganía.

Inicialmente apresentando-se como uma ditadura pretoriana à romana, provisória e determinada pelas necessidades, o governo Onganía logo buscou certa legitimação para a ditadura sine die, através da auto-representação revolucionária do

golpe. À ideologia do 'poder de reserva' de Mariano Grondona os Azuis acrescentavam um messianismo tecnocrático desde o qual a legitimidade governamental passava a depender exclusivamente da eficiência técnica.

O sentido geral das transformações institucionais promovidas pelo novo regime já estava esboçado na Acta de la Revolución Argentina, posteriormente complementada pela Ley de Defensa Nacional (10.10.66), pela Ley de Servicio Civil de Defensa (ley nº 1712 04.03.67) e pela Ley de los Ministerios, que estabeleceu uma organização ainda mais verticalizada no executivo. No Estatuto de la Revolución Argentina, verdadeira carta política e constitucional do regime, se consolidou a reorganização discricionária do Estado. As FFAA são transformadas em 'gran elector' em caso de vacância na presidência e lhes são atribuídos poderes constituintes; os partidos, o Congresso e a cidadania foram suspensos por "nã me nos de dez anos" conforme frisou Onganía, nos termos preconizados por ele sobre os "três tempos" econômico, social e político do regime.

Em dezembro de 1966, a primeira crise militar do novo governo se inicia com a demissão do General Pistarini. Para evitar a dualidade ministro x comandante-em-chefe, o presidente suprimiu os ministerios (secretarias), transferindo as funções civis de cada arma (forças armadas-partido) para o âmbito militar (forças armadas-aparelho repressivo). Isto reforçou a hegemonia dos Azuis, que estava baseada na cavalaria, a qual mesmo representando apenas 16% do efetivo, detinha quase metade dos quadros do alto comando.

Quanto ao que Rouquié chamou de 'consenso imobilista', ele decorria em boa parte do fato simples de que o anti-co-

munismo era a única base de consenso entre os golpistas. E também do projeto econômico-social do cesarismo regressivo, excludente e concentrador de renda. Uma pronunciada inabilidade política também encontra-se entre os fatores condicionantes do estreitamento crescente das bases de apoio do regime, pois como lembrou Rouquié :

"Militares, hombres de negocios afortunados y pragmáticos, ideólogos grupusculares salidos de la oscuridad donde los mantenía el sufragio universal: la experiencia no abundaba entre los revolucionarios." (Op. cit. p. 261)

A classe média logo retirou seu apoio ao regime repressor que, expressando a "aliança da espada e da cruz", combina um puritanismo agressivo com a censura e a cassação da cidadania. Os trabalhadores sofreram mudanças nas condições de trabalho, com base no neo-corporativismo integrista defendido pelo governo. Estas mudanças incluíam a proibição de greves, intervenções em sindicatos e prisão de líderes, no contexto da redistribuição regressiva de renda (Cf. IV,2). Em março de 1968 houve uma divisão na CGT, opondo a fração pró-governista capitaneada pelos sindicatos Luz y Fuerza, Unión Obrera e Unión T. Construcción (na chamada CGT Azopardo), à fração mais combativa baseada em Tucumán, Rosário, Córdoba e no cinturão industrial de Buenos Aires (na CGT de los Argentinos).

Em maio de 1969 ocorreu em Córdoba a rebelião que diferenciou radicalmente os rumos do cesarismo regressivo na Argentina em relação ao caso Brasileiro. A cidade universitária, considerada a capital 'espiritual' da Argentina, e importante pólo industrial do interior, foi o palco do levante co-

nhecido como Cordobazo, que uniu operários mobilizados pela CGT de Ongaro (dos Argentinos), estudantes e a classe média local. Duramente reprimida, a rebelião teve um saldo de várias dezenas de mortos e desgastou profundamente o governo. Também ficou evidente a partir daí a falência da gestão econômica de Krieger Vasena, obrigado a deixar o ministério em julho. Desde então, mesmo setores das classes dominantes passam à oposição, como os invernadores de gado, que denunciam o pró-imperialismo de Onganía (sic !), quando este resolveu apoiar os frigoríficos estrangeiros.

No âmbito militar, as contradições surgidas já em 1967 com o Plan Europa (esforço de importação e exportação de equipamento bélico fora da área dos EUA, após a dependência excessiva causada pelo PAM em 1964; o alto-comando dividiu-se entre 'independentistas', como Uriburu, e 'alinhados'), se agravaram após o assassinato do velho General Aramburu, espécie de "reserva institucional da nação", por católicos de direita ligados ao Gal. Imaz, em 1970. Tais conflitos culminam com o golpe de 08 de junho, quando Onganía é deposto e o regime assume sua condição intrínseca de 'cesarismo sem César'. A junta que tomou posse nomeou o Gal. Levingston.

Segundo Rouquié, tanto a deposição de Onganía, quanto a Levingston em 28-03-71, significaram golpes de consolidação visando o aprofundamento do regime. Mas o agravamento da crise, tanto no interregno nacionalista-junho/1970-março/1971, quanto em 1971/72 durante o governo do Gal. Lanusse, evidenciavam o duplo fracasso (econômico e institucional) do 'cesarismo regressivo'.

A deterioração dos salários, a ocorrência de levantes em Mendoza, Rio Negro, Chaco, Corrientes, Misiones, etc., o crescimento de grupos guerrilheiros e o acirramento repressivo teriam levado a esgotar o regime, tornando inviável a realização de eleições 'sem proscrições'!

minaram de esgotar o regime, tornando inadiável a realização de eleições 'sem proscritos'.

O 'Gran Acuerdo Nacional' de 1973 envolveu garantias aos militares, negociadas indiretamente entre Perón e Lanusse. Assim, em 11 de março 82% dos eleitores votaram contra o regime, que teve seu candidato oficioso (Martínez) sufragado por apenas 2,9%. E na posse do justicialista Dr. Hector Cámpora, realizada com a presença de Salvador Allende e Dorticós (Cuba), o país esteve 'à beira de um ~~Argentina~~ ^{Asgo}'. A transição foi realizada e em outubro Perón foi reconduzido à Presidência com 62% dos votos. Com a nomeação do General Corcagno da infantaria, para chefiar o alto comando das FFAA, o peronismo parecia retomar seus dois pilares tradicionais (sindicatos e exército), acabando com hegemonia de 13 anos da cavalaria. Todavia, tratava-se de um movimento dividido num país em crise e esgarçado social, política e economicamente, o que permite aventar a possibilidade de uma continuidade entre os dois 'cesarismos regressivos' (o de 1966 e o de 1976), na diversidade de formas da crise hegemônica.

V.3- PERU

Em 1962, nas eleições para a sucessão do presidente Manuel Prado Ugarteche, o APRA conquistou uma estreita maioria para a candidatura de Haya de la Torre. Manuel Prado fora eleito em 1956, com apoio do então ditador General Manuel Odría, do exército e da oligarquia. Eleito também com apoio do APRA, legalizou o partido e libertou o antigo líder reformista .

Como se sabe, tratava-se então de um partido bastante distinto do movimento reformista radical dos anos vinte e trinta . Após a II guerra mundial, suas posições internacionais anti-imperialistas haviam sido substituídas por um discurso pró-americano. E a plataforma de reformas sociais e econômicas, foi sendo progressivamente abandonada desde 1956, quando, em troca de vantagens eleitorais, o partido se envolveu em alianças com partidos conservadores. As repercussões destas mudanças no desenvolvimento da crise hegemônica serão discutidas mais à frente.

Por enquanto, basta lembrar que com o fracasso da tentativa de se organizar um governo de coalizão, os militares intervieram e uma junta provisória liderada pelo General Pérez Godoy assume o poder em Lima. O terceiro golpe de veto desferido desde 1931 com o fim de impedir a chegada do APRA ao governo. Segundo Huntington, o chefe da junta era conservador e seus planos incluíam a volta do General Odría ao poder. Mas esta já não constituía meramente o braço armado do Estado Oligárquico e um "golpe de consolidação" derrubou o General Pérez Godoy em 1963. Sua substituição pelo General Nicolás López, líder do grupo militar progressista no CAEM (Centro de Estudos Militares) , foi apontado por diversos analistas como um indicador da consolidação de uma fração reformista .

no exército . A junta militar dispunha no período 1962-1963, de um esboço programático relativo à áreas chave da crise, mas as tarefas de repressão à mobilização camponesa tornavam precoce e arriscada uma preservação sine die do regime de exceção.

Assim, nas eleições convocadas em 1963, os militares apoiaram a candidatura de Belaúnde Terry da Acción Popular, que prometia reformas e venceu a disputa contra Odría, não obstante a maciça votação obtida por este entre a população favelada de Lima. Durante o governo de Belaúnde Terry (~~1963-1968~~), destacaremos três aspectos que incidiram mais fortemente no golpe de outubro de 1968: 1) o crescimento da mobilização camponesa e a experiência guerrilheira de 1963-1966; 2) o esgotamento paulatino da via parlamentar de realização das reformas e a crise do governo; 3) a consolidação programática e o consenso militar para o exercício da função de partido.

como vimos na seção IV.3 , a mobilização camponesa atingiu um alto grau de ~~def~~ensionamento entre o final dos anos cinquenta e meados dos anos sessenta, envolvendo os camponeses da sierra e os trabalhadores das plantações da costa. Ainda durante o governo da junta militar (1962-1963) , a luta camponesa no vale de La Convención tornou-se exemplar a respeito da evolução contraditória do par repressão/reforma. As autoridades locais policiais e as milícias privadas dos latifundiários já não conseguiam conter as organizações sindicais organizadas pelos "advogados vermelhos"; quando o tenente-coronel E. Gallegos foi designado comandante da região. A um só tempo, desencadeou uma repressão sistemática e seletiva que atingiu a liderança orgânica do movimento e decretou uma

reforma agrária em regime especial para a área, procurando a través de comícios e avanços reais, transferir a lealdade camponesa para os militares reformadores.

Entre 1962 e 1966, a oposição de esquerda lançou uma série de iniciativas guerrilheiras, sendo que dois focos obtiveram maior repercussão. Entre 1960 e 1963, contando com o prestígio do líder trotskista Hugo Blanco ^{entre} as massas camponesas de Cuzco, um movimento de guerrilha foi organizado "para apoiar as ocupações de terra e desencadear a insurreição nas cidades". E entre 1964 e 1965, sob a direção de Luis de la Puente Uncenda (dissidente do APRA) e, na região de Huanta, de Héctor Bejar (dissidente do PC), um foco guerrilheiro tornou-se extremamente incômodo ao governo. Ambas as iniciativas foram aniquiladas pelo exército peruano, que também reprimia o aumento das greves nas cidades, organizadas pela CTP (aprista) e CGTP (comunista).

Mesmo tendo sido esmagadoramente derrotados, os movimentos de guerrilha haviam encontrado apoio em setores do campesinato, o que poderia voltar a ocorrer com o aprofundamento da crise econômica do governo Belaúnde Terry. Este, desgastava-se cada vez mais, ao não responder às expectativas de mudanças estruturais criadas pelas campanhas eleitorais de 1962 e 1963.

No parlamento, a aliança do APRA com ^o Unión Nacional Oligárquica (oligárquica) barrou as tentativas de reforma inicialmente propostas por Belaúnde Terry. O setor progressista de seu partido (Acción Popular) abandonou o governo após o agravamento da corrupção administrativa, passando à oposição. Os partidos de centro, como a Democracia Cristã e o Movimento Social Progressista, de escassa densidade eleitoral, tampou

co evitaram jogar para a crise institucional. Segundo A. Stepan, os partidos peruanos em geral manifestavam "um compromisso maior com a mudança social do que com os procedimentos e garantias da política parlamentar liberal". Mesmo creditando-se parcialmente tal assétiua ao modelo do 'vácua de poder' que é a premissa do autor³⁷, parece certo que a perda de legitimidade do governo B. Terry se expressou também em termos de crise do sistema de representação partidária . . .

As FFAA, tendo reprimido e derrotado uma das vertentes revolucionárias de superação da crise hegemônica, tampouco alimentavam expectativas positivas quanto à viabilidade de realizar as mudanças pela via parlamentar.

Como demonstrou A. Stepan, o consenso programático da elite estratégica foi sendo desenvolvido entre 1959 e 1968. Inicialmente abrangem questões básicas: a reforma agrária, a nacionalização da International Petroleum Company (IPC) e do setor minerador; o aumento da capacidade de intervenção do Estado (mediação, conflitos, planejamento, investimento público); a redefinição dos laços de dependência ao nível da política externa.

O consenso básico em torno destas necessidades, bem como a convicção forjada no curso da contra-insurgência (1965-66) de que as reformas eram necessárias para a auto-preservação da instituição militar e de que a garantia de sua efetivação implicava no controle direto do centro governamental pelas FFAA, amalgamou a hegemonia da facção progressista do exército.

Assim, quando Belaúnde Terry foi deposto em 03 de outubro de 1968, as medidas de impacto puderam ser realizadas com a rapidez já destacada na seção IV.3 .

Sob a presidência do General Juan Velasco Alvarado, o Peru do 'Governo Revolucionário das Forças Armadas' viveu um processo de reformas sem par na América Latina. Em 1969 iniciou-se a reforma agrária, a IPC foi desapropriada sem indenizações e foi estabelecido o mar territorial de 200 milhas, após conflitos com os EUA que envolveram a apreensão de barcos americanos que pescavam atum na costa peruana. A política externa deste período (1968-1974) voltou-se para um terceiro mundismo próximo ao movimento dos não alinhados, tendo recebido o apoio de Cuba³⁸. Em 1971 foram encerradas as concessões norte-americanas para a exploração de cobre (vide p. 40); logo depois, foram rompidas as relações diplomáticas com a França, em protesto contra suas experiências nucleares no Pacífico.

No momento de consolidação da Fase I (1972-1975), a relevância das questões relativas à mobilização social (SINA - MOS) e à inserção internacional do regime (que não "era nem capitalista nem comunista"), remete a reflexão para o problema da precedência da reforma sobre a repressão.

Ao nível da contradição entre forças armadas-aparato repressivo do Estado e forças armadas-partido, tal precedência traduziu-se na hegemonia incontestada da facção progressista desde meados da década. As principais lideranças militares da Fase I (como os generais Velasco Alvarado, Graham Hurtado e Mercado Jarrín, e os coronéis Leonidas R. Figueroa, Enrique Gallegos, Jorge Fernandez Maldonado e Rafael Hoyos Rubio) vinham da elite estratégica formada no novo paradigma da profissionalização, sendo adeptos da participação reformadora ativa das FFAA. Os três pilares de sua hegemonia eram o CAEM (Centro de Altos Estudios Militares), o Serviço Nacional de

Informações e a Divisão Blindada do Exército, aquartelada nos arredores de Lima.

Este núcleo de oficiais dirigiu o controle militar sobre o estado autonomizado. Podemos caracterizar o regime como um cesarismo progressivo, também porque a reorganização institucional foi levada a cabo sem o recurso extremo do continuum repressivo. Basta lembrar que entre 3 de outubro de 1968 e 28 de junho de 1976 o governo militar não implantou o estado de emergência, típica lei de exceção utilizada pelas ditaduras regressivas ³⁹.

Na reorganização do Estado, os militares nacionalistas controlaram os principais postos da Fase I. Além da presidência, ocupada por Velasco Alvarado, controlavam também o Sistema Nacional de Informações (Rafael Hoyos Rübio e Maldonado), o Comitê de Conselheiros Presidenciais (Graham Hurtado) e o SINAMOS (Leonidas Rodríguez Figueroa), além de vários ministérios e órgãos governamentais.

No entanto, podemos dizer que as FFAA estavam divididas em duas 'linhas' desde antes da implantação do regime. Uma mais profissionalista, partidária da retomada do controle civil, da volta aos quartéis e da abertura ao capital internacional. E a outra, descrita acima e hegemônica até 1975.

Mais abaixo, procuramos discutir a 'viragem' Velasquista de 1974, a transição de 1975-1976 e o significado da chamada Fase II, à luz da contradição aparato repressivo-partido. Todavia, mesmo durante a primeira fase do processo houveram tentativas de golpe frustradas. Por exemplo, aquela liderada pelo ministro da Agricultura General Benavídez, em 1970. Ou em 1974, liderada pelo ministro da Marinha, vice-almirante Luis Vargas Caballero. Tais tentativas foram promovidas por oficiais 'profissionalistas', bastante conservadores, que protagonizaram a chamada "viragem à direita" nos a-

nos seguintes.

Outro aspecto da precedência da reforma sobre a representação diz respeito aos aliados civis do governo militar e a continuidade das reformas nas condições conflituosas geradas por sua implementação parcial.

Na primeira questão, assume relevo a participação de representantes políticos e intelectuais da centro-esquerda no SINAMOS, nos jornais despropriados em 1973 (La Prensa, Expreso, etc.) e em importantes áreas governamentais. Nomes como os de Carlos Delgado (vice-diretor geral do SINAMOS; ex-homem-chave do APRA), Héctor Bejar (diretor da organização de juventude; líder sobrevivente da guerrilha de 63), José Alvarado (diretor das organizações trabalhistas; antigo líder operário comunista) e Ruiz Eldrege (diretor do jornal Expreso; ex-candidato Social Progressista à presidência da República em 1962), ilustram o apoio inaudito angariado pelo cesarismo progressivo junto à tais setores, alcançando inclusive o Partido Comunista.

Quanto aos conflitos, a contradição básica opunha o dirigismo estatal e o controle militar aos 'excessos' da mobilização camponesa e à autonomia de certos aliados, como a CGTP comunista. Além da ambígua participação dos setores sociais ligados ao APRA no processo de reformas, como foram os casos dos sindicatos açucareiros em relação às cooperativas agro-industriais e da CTP em relação à Ley de Comunidad Industrial.

Os exemplos mais eloquentes destes conflitos são os da greve de 130 dias dos trabalhadores da ex-fazenda Huando, cujo sindicato foi dissolvido e posteriormente as reivindicações foram atendidas. E o protesto dos trabalhadores da coo-

perativa agro-industrial de Tumán contra as disparidades salariais, que seriam piores do que nos tempos do latifúndio.' A repressão violenta exercida nos dois exemplos faz pensar na necessidade de não se reduzir os termos da contradição àquele preponderante em cada processo.

Segundo Carranza, o prestígio de Velasco Alvarado, a abertura à esquerda de importantes facções militares, bem como a autonomização da mobilização popular, criaram riscos efetivos ao projeto inicial das forças armadas-partido. Na conjuntura dos anos 70 um desdobramento revolucionário da crise hegemônica no Peru instabilizaria a região.

Assim, entre a doença de Velasco Alvarado em 1974, seu afastamento em 29 de agosto de 1975 e sua morte no ostracismo em 1977, desenrola-se a luta entre direita profissionalista e esquerda reformista pela hegemonia no governo. Os primeiros, que já haviam conquistado posições na última fase do governo Alvarado, foram favorecidos pelo chamado "centro tecnocrático" liderado pelo general Morales Bermudez.

Em junho de 1976 foi lançado o Plan de Austeridad, culminando uma ^aesclada de confrontos, como a greve na indústria pesqueira. Ademais, com a decretação do estado de emergência em 28 de junho, completava-se a repressão iniciada com a prisão de 178 opositores políticos, a destituição de diretores e a censura jornalística em La Prensa e Expreso.

Em 16 de julho, um 'golpe branco' destituiu F.Maldonado, M.A. de la Flor, E. Gallegos e L.Velarde. Muitos outros oficiais foram reformados neste expurgo, contra o qual a jovem oficiliade progressista cogitou um contra-golpe em defesa de Maldonado. No entanto, lembra João Quartim de Moraes⁴⁰, uma peculiaridade dos cesarismos progressivos é não sobreviverem

ao desaparecimento de seus chefes militares.

A pequena durabilidade do novo governo militar, diz respeito aos seus poucos atributos de 'legitimidade, carisma e eficiência'. Após as eleições municipais de 1977 inicia-se a transição para a retomada do controle civil, o que viria a ocorrer em 1980, com a eleição de Belaúnde Terry para a presidência.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção tem a dupla função de apontar algumas debilidades deste texto e remetê-las à uma segunda aproximação ao tema. Neste sentido, situamos cinco questões principais como segue:

1) Até que ponto o conceito de crise hegemônica não opera como Deus ex machina explicativo ?

Neste plano, procuramos romper com uma perspectiva classificatória, que consiste na apresentação de uma hipótese abstrata, contraposta aos exemplos históricos selecionados para corroborá-la. Menos do que um apriori do qual se deduzem juízos comparativos, os conceitos se justificam enquanto mediações capazes de reconstruir, infinita e processualmente, a realidade concreta. E esta, enquanto é práxis, não se reduz ao dado imediato. Não se tratando pois, da elaboração de juízos empíricos induzidos da observação das intervenções militares. Mas de conhecimentos teóricos e historiográficos duplamente reflexivos, ^{quanto} ao seu contexto conceitual e à validade empírica de suas sucessivas e inesgotáveis aproximações.

2) Em relação à industrialização, seria necessário qualificar os nexos apontados entre modelos de acumulação e modelos de hegemonia, para além das teorias da dependência e da 'profundización'. Ou seja, procurar os nexos entre economia, sociedade e Estado sem reducionismos, procurando esclarecer: "a forma histórico-social na qual um processo de industrialização se constitui como articulação entre produção, classes e cultura política e, ao mesmo tempo, entre espaço nacional e espaço mundial." (Cf. Portantiero nota nº 10 p. 356).

3) A periodização apresentada é basicamente a mesma, abarcando fenômenos históricos distintos, como a conjuntura internacional, a industrialização e a profissionalização militar. Em que medida tal operação não faz no plano temporal, o mesmo tipo de redução que comumente é feita no plano espacial e que consiste na caracterização da América Latina como um todo homogêneo, sem distinções regionais e nacionais?

4) A abordagem é mais centrada no político-institucional do que no social. Isto debilita fortemente as considerações a respeito das forças armadas-ramo militar da burocracia, dos conflitos sociais básicos na gênese das ditaduras si ne die, bem como dos deslocamentos de hegemonia através da "solução" cesarista da crise orgânica.

5) Mesmo sem uma tematização das transições, o problema da democracia deve explicitar-se. A designação destes regimes como ditaduras castrenses, mesmo levando-se em conta as diferenças de conteúdo sócio-cultural, visou demarcar a coerência estratégica no exercício de papéis sociais não-democráticos. Citamos dois exemplos: A técnica do golpe de Estado, ao violar as regras formais da democracia, reitera sua instabilização e fragiliza sua universalização ético-política, pois fundamenta sua legitimidade no exercício do poder através da força exclusivamente. Ao tomar para si a tarefa de definir os 'objetivos nacionais', o regime ditatorial suprimiu o princípio fundamental da democracia contemporânea, a soberania popular. Na gênese e no desenvolvimento contraditório destes regimes, a problemática contemporânea da democracia deveria ocupar um papel central.

VII- NOTAS

II- ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO

- 1- Mario Esteban Carranza. Fuerzas Armadas y Estado de Excepción en América Latina. México, Siglo XXI, 1978.

II.1- AUTONOMIZAÇÃO DO ESTADO E CONTROLE MILITAR

- 2- Sobre o pretorianismo, conferir:

Samuel P. Huntington. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. São Paulo, EDUSP, 1975. ed. orig. 1968.

Gianfranco Pasquino. Militare e potere in America Latina. Bolonia, Il Mulino, 1974.

Alfred Stepan. Brasil: Los militares y la política. Buenos Aires, Amorrortu, 1975.

Alain Rouquié. Poder militar y sociedad política en la Argentina. Buenos Aires, Emecé, 1982. (vol.1 Hasta 1943 e vol.2 1943-1973).

- 3- João Quartim de Moraes. O argumento da força. In. Eliezer Rizzo et alii. As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, 1987.

- 4- Denis Rosenfield define a noção de controle em termos abrangentes: "O controle, enquanto controle de algo, o é de determinações centrais do agir humano, consistentes em sua espontaneidade e na capacidade de deliberação, de decisão que ela veicula e exprime como parte de seu ser." Em termos histórico-sociais, as formas vigentes de controle que expressam o poder do capital, embora se apresentem como supervisão- anterior à efetividade da ação e deter -

minante de seu curso e conseqüências, não escapam à crise global da dominação. Ou seja, não ^N trata de opor controle civil à controle militar como formas distintas de exercício do controle social pelo capital, mas das condições de possibilidade para um controle consciente e emancipado, para além da supervisão e dominação. Ademais, é preciso levar em conta a advertência de I. Mészáros sobre a contradição contemporânea, que parece opor a "perda efetiva de controle à forma vigente de controle, que é o capital (...)" No caso do controle militar sobre o Estado, parece correto situá-lo como recurso in extremis de manutenção da dominação. Portanto, como uma variedade de supervisão, coerção sem hegemonia, que elimina pela força a pluralidade e a indeterminação inerentes ao conceito de controle social. Conferir, entre outros:

István Mészáros. A necessidade do Controle Social. São Paulo, Ensaio, 1987.

Denis Rosenfield. Filosofia Política e Natureza Humana. Porto Alegre, L & PM, 1990.

Franz Schurman. Centralização e Descentralização. In Política e Sociedade vol.I. São Paulo, Ed. Nacional, 1983. 2ª edição.

5- Cf. João Quartim de Moraes, op. cit. p.16. Os três processos discutidos neste trabalho se auto-representam como Revoluções. O conceito não parece aplicável, mesmo se o consideramos como resultante de um processo heterogêneo de reformas, não balizado pela noção marxista de Revolução Social, burguesa ou proletária. Veja-se os dados citados nas seções IV e V. As transformações realizadas, ou são perfectibilizações do status quo (Brasil, Argentina), ou

não alcançam profundidade e extensão suficientes para con-
figurar uma revolução (Peru).

6- Idem, ibidem, p.p. 26-29

II.2- CRISE HEGEMÔNICA E NOVO MILITARISMO

7- A respeito da centralidade do conceito de hegemonia na
teoria política de Gramsci, ver especialmente:

Hugues Portelli. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Ja-
neiro, Paz e Terra, 1987.

Antônio Gramsci. Maquiavel, a política e o Estado moderno
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

Sobre a utilização do conceito na obra de José Nun, con-
sultamos uma cópia de seu texto, América Latina: La crisis
hegemónica y el golpe militar, publicado no número 22-23'
de Desarrollo Económico, em Buenos Aires, 1966.

Um comentário favorável aparece em M. Carranza, op. cit. '
p.p. 212-225. E uma apreciação crítica há em João Q. Mo-
raes, op. cit. p.p. 32-38.

III - CONTEXTO INTERNACIONAL

8- Paulo G. Fagundes Vinentini. Da Guerra Fria à Crise 1945-
1990). Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1990.

9- Cf. op. cit. p.p. 11 e 59. Para uma discussão mais ampla
do conceito, ver também o capítulo XXIV do livro de Ray-
mond Aron. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília, UNB, '
1986, 2ª edição.

10- Na sua tese de doutoramento, Vinentini discute a políti-

ca externa brasileira do período populista. Recusando uma concepção conspirativa e super-dimensionada acerca da participação norte-americana nos golpes militares, o autor destaca que a busca de parâmetros menos unilaterais de relações com os EUA, mesmo sem romper com compromissos estratégicos, foi tornando-se incômoda para Washington. As tensões diplomáticas culminaram na chamada política externa independente (1961-1964), ativando o apoio norte-americano ao golpe militar no Brasil.

A respeito da falência da resposta estratégica esboçada por Kennedy (Aliança para o Progresso), Juan Carlos Portantiero assim manifestou-se:

"Politicamente, esse projeto tendia a reforçar na área a presença de governos civis defensores do desenvolvimento e de uma política de reformas.(...)Seus interlocutores privilegiados eram os velhos partidos nacional-reformistas latino-americanos, ligados à social-democracia (como a Ação Democrática na Venezuela) e as democracias cristãs cujo peso político estava em escensão, como mostra o exemplo da democracia cristã chilena, que iria conquistar a Presidência da República em 1964. O assassinato de Kennedy apressaria a falência do projeto, cuja exequibilidade já se revelara escassa, entre outras coisas por causa da baixa receptividade que obtivera nos círculos governamentais norte-americanos, os quais não desejavam sacrificar seus velhos aliados em favor de supostas novas elites".

p. 345. Juan C. Portantiero. O marxismo latino-americano. In História do Marxismo. Vol. 11. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

11- Após as derrocadas de Allende (1973), Velasco Alvarado

(1975) e Isabelita Perón (1976), parece haver uma efetiva unidade militar em torno da DSN. Cf. item V, p. 51. No entanto, não se deduz daí que um conceito abstrato e genérico como o de "cooperação antagônica" possa explicar as relações com os EUA, pois estas não eram homogêneas. Cabe registrar também, a distinta interpretação de Portantiero a respeito da conjuntura internacional dos anos sessenta:

"Era um momento não só de fracassos e de extermínio físico dos protagonistas da onda insurrecional, mas de declínio do movimento de massas, de crescimento do militarismo contra os governos civis reformistas (...) e de exasperação, em escala mundial e não apenas latino-americana, da ofensiva imperialista, num arco que vai da invasão de São Domingos pelos marines (1965) até a escalada bélica no Vietnã, passando, na África, pelos eventos do ex-Congo Belga e de Gana". (op.cit. p. 345).

As evidências em favor da proposição apresentada no corpo do trabalho, encontram-se nos capítulos 2 e 3 do livro já citado de Vizentini.

IV - DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA CRISE

12-Utilizamos basicamente três textos gerais nesta seção:

Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Perez Brignoli. História Econômica da América Latina. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

Fernando H. Cardoso e E. Foletto. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 2ª edição.

Augustin Cueva. O Desenvolvimento do Capitalismo na Améri

ca Latina. São Paulo, Global, 1983.

IV.1 - BRASIL

13-Ver especialmente,

J.M. Cardoso de Mello. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982, 2ª edição.

Francisco de Oliveira. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

Diversos Autores. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1988.

14-Segundo F. Oliveira, a instalação da indústria pesada, em especial os setores metal-mecânicos, gera uma demanda capaz de favorecer duplamente o capital industrial interno. Por um lado, cria demandas que estimulam a empresa nacional partícipe do complexo monopolista. Por outro, através da expansão da massa de salários, estimula o consumo de bens não duráveis.

15-A este respeito, ver a comparação entre os dois modelos de acumulação (1956-1962 e 1968-1973), em J.M. Cardos de Mello e L.G. de Mello Belluzzo. In Diversos autores, op. cit. nota 13.

16-Através de sua capacidade em realizar poupança forçada, da taxaçoão fiscal, da fixaçáo de preços de monopólio e da administração da inflaçáo, o Estado capta e concentra recursos excedentes, invertendo-os diretamente na produçáo, financiando outros empreendimentos e transferindo recursos ao setor privado.

17-Idem, ibidem, nota 15, p.p. 121-158.

18-"No início (1974) prevaleceu o vetor contencionista na

tentativa frustrada de estreitar o crédito e restringir as importações face ao violento ressurgimento da inflação contida desde 1973, e ao choque inflacionário ocasionado pelas matérias primas e bens importados. (...) A partir de meados de 1975, a política econômica, atendendo às pressões anti-recessivas, foi orientada no sentido da expansão." Otto Ohlweiler. Evolução Sócio-Econômica do Brasil. Porto Alegre, Tchê, 1986.

IV-2 ARGENTINA

19-A. Rouquié op. cit. nota 02 , p. 391 e seguintes.

20-Ao contrário, nas conjunturas recessivas tais índices são positivos. Ver idem ibidem p. 395.

21-Ciro F. Cardoso caracteriza o setor exportador argentino após a década de 30, como sendo de "crescimento rápido alternando com fortes crises" ; diferenciando-o tanto do caso brasileiro ("crescimento rápido que se desacelera ao avançar a década de 50"), quanto do peruano ("crescimento estável"). Cf. op. cit. p.p. 291-300.

22-Em 1968, os EUA investiram 66 milhões de dólares na Argentina, mais do que em 1965, 66 e 67 juntos. As principais obras foram a hidrelétrica de Chocón -Cerros Colorado na Patagônia, a central nuclear de Atucha eo sistema de pontes sobre o rio Paraná. Ver A. Rouquié, op. cit. p.p. 272-280.

IV-3 -PERU

23-Cf. Ciro F. Cardoso, op. cit. p. 306.

24-Alfred Stepan. Estado, Corporativismo e Autoritarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

25-Os dois modelos de acumulação são concentradores de renda, mas esta é mais acentuada no modelo brasileiro e argentino. Para uma crítica da estratégia peruana ver:

Aníbal O. Quijano. Nacionalismo, Neoimperialismo y Militarismo en el Peru. Buenos Aires, Periferia, 1971.

26-Cf. idem, ibidem, nota 25.

27-Não se trata exclusivamente da dificuldade norte-americana, face à crise econômica interna e à escalada no Vietnã, em aplicar sanções econômicas e militares. Passado um período inicial de desconfianças quanto ao perfil do novo regime, já em 1969 os acordos entre os dois países foram mantidos.

V - FORÇAS ARMADAS E GOLPE DE ESTADO

28-João Quartim de Moraes. Alfred Stepan e o Mito do Poder Moderador. In: Revista de Filosofia Política nº2. Porto Alegre, L&PM, 1985. p.p. 163-199.

29-O esforço de superar a antinomia das interpretações instrumentais (heterônomas) e organizacionais (autônomas), sem que tal intento redunde na mera justaposição de dois momentos, exigiria qualificar tal afirmação, o que resta como tarefa para uma segunda aproximação.

30-Se consideramos que sujeitos coletivos não espontâneos se formam e constituem suas identidades ao longo e através de suas múltiplas interações, é possível pensar numa ampliação do conceito. Partindo do texto Gramsciano e de outras referências teóricas, José Miguel Martins o utiliza na caracterização de sujeitos coletivos institucionalizados, capazes de arbitrar fins e realizar uma intenção estratégica. Remetida ao Nacional, a função-partido requisita, além da "capacidade de fazer prevalecer seus fins programáticos", o exercício da capacidade hegemônica (unida-

de moral e intelectual). As forças armadas-partido atuam na crise dos anos sessenta com pretensões hegemônicas, não obstante a solução burocrático-autoritária que acabam por efetivar com as ditaduras sine die. Ver:

Antônio Gramsci. As Forças Políticas nas Crises "Orgânicas". In: Política e Sociedade, vol. 2. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s. d.

31-Para outros períodos e distintas periodizações, ver os trabalhos já citados de Pasquino, Rouquié e Carranza.

32-Na época ^{das extrações} de dissuasão termo-nuclear das grandes potências, as tarefas ^{internas} de contra-insurgência e externas de defesa do ^{hemisfério} adquirem relevo frente às hipóteses de guerra externa convencional. Cf. verbete sobre Estratégia e Política dos Armamentos. In: Norberto Bobbio et alii. Dicionário de Política vol.1. Brasília, UNB, 1991. 3ª edição.

33-Os dados citados por Carranza são baseados no levantamento de Robert Case 'El Entrenamiento de Militares Latino Americanos en los Estados Unidos'. Caracas, Monte Ávila, 1970. Para os anos posteriores a esta data, os dados são extraídos do The Military Balance, relatório anual do International Institut for Strategic Studies (IISS) de Londres. Ver bibliografia citada por Carranza, op. cit. p. 246 e segs.

V.1- BRASIL

34-Cf. René Dreifuss. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1982.

35-Para uma discussão sobre a transição, ver:

Fábio W. Reis e Guillermo O'Donnell orgs. A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.

Eliezer Rizzo et alii. As Forças Armadas no Brasil. op. cit. nota 03.

V.2- ARGENTINA

36-Carranza destaca o esforço institucional das FFAA em distinguir as funções profissionais-aparato repressivo das políticas-partido. Cf. op. cit. p.p. 88-89.

37-Sobre o Plan Europa, ver o livro citado de Rouquié, vol.2 nota 02.

V.3- PERU

38-Cf. João Quartim de Moraes. op. cit. nota 28.

39-Ver Carranza op. cit. p.p. 118-129.

40-Idem ibidem nota 39, p.p. 125-126.

41-Ver a caracterização do regime Peruano como um "nasserismo", feita por João Quartim (nota 03 op. cit. p. 38). Esta referência contradiz os prognósticos de Huntington em 1968 (op. cit. p.p. 240-241), quanto à factibilidade do fenômeno na América Latina, salvo em países como Haiti, Nicarágua ou Paraguai. Além do Velasquismo peruano, dos governos de Torrijos e Torres na Bolívia, houve até meados dos anos sessenta, importantes facções "peruanistas" nas FFAA do Equador, Argentina, Chile, Uruguai e, segundo algumas interpretações, Brasil.

VIII- BIBLIOGRAFIA

As referências constantes nesta seção foram as consultadas mais intensamente, das quais foram extraídos dados, hipóteses e descrições.

CARRANZA, Mário Esteban. Fuerzas Armadas y Estado de Excepción en América Latina. México, Siglo XXI, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Perez. História Econômica da América Latina. Rio de Janeiro, Graal, 1984. 2ª edição.

HUNTINGTON, Samuel P. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. São Paulo, Ed. USP, 1975.

MORAES, João Quartim et alii. As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

ROUQUIÉ, Alain. Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina. Buenos Aires, Emecé, 1982. 2 volumes

STEPAN, Alfred. Estado, Corporativismo e Autoritarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Da Guerra Fria à Crise (1945 - 1990). Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1990.